



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA

João Pessoa, 05 de abril de 2024 * nº 0503 * Pág. 001/022



PAÇO MUNICIPAL

ATOS DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.588, DE 18 DE MARÇO DE 2024..

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, EM FAVOR DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, A ÁREA QUE MENCIONA, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, Estado da Paraíba, no uso da atribuição que lhe confere o art. 22, § 8º, inciso II, da Constituição do Estado, combinado com o art. 60, incisos III e V, art. 76, inciso I, alínea "d" da Lei Orgânica do Município de João Pessoa, em conformidade com o disposto no art. 5º, alínea "I" (conservação e melhoramento de vias ou logradouros públicos), e no art. 6º, do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e de acordo com o que consta no Processo/Memorando Interno nº 6.065/2024.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para o fim de desapropriação, na forma da legislação vigente, fração das áreas cadastradas no Município de João Pessoa como Imóveis de Localizações Cartográficas atuais: 06.030.0206.0000.0001, inscrição municipal nº 103.189-9; 06.030.0206.0000.0002, inscrição municipal nº 467.895-8; e 06.030.0206.0000.0003, inscrição municipal nº 467.896-6; localizados na Avenida Cairu, nº 497, Bairro Cabo Branco, nesta capital, conforme Certidão de Registro de Imóvel expedida pelo Cartório Eunápio Torres, contendo matrícula 22.402, sendo a área desapropriada correspondente a 10,83m², estando georreferenciada pelos pontos descritos abaixo:

N PONTO	COORDENADA (X)	COORDENADA (Y)
1	298056.2074	9212194.1391
2	298049.3776	9212193.5332
3	298051.5413	9212187.4331
4	298051.3779	9212188.4848
5	298051.4212	9212189.5254
6	298051.7033	9212190.6479
7	298052.2007	9212191.6560
8	298052.7573	9212192.3902
9	298053.4263	9212193.0152
10	298054.3890	9212193.6195

Art. 2º A área a que se refere o art. 1º deste decreto será utilizada para melhorias no sistema viário no trecho entre a Avenida Cairu e a Avenida José Américo de Almeida, necessitando de correção de raios de curvas e alargamento de vias.

Art. 3º Fica a Comissão Permanente de Avaliação e Desapropriação da Secretaria Municipal de Planejamento, juntamente com a Procuradoria Geral do Município, autorizadas a adotarem as providências necessárias ao processo indenizatório, no que couber, da área ora declarada de utilidade pública.

Art. 4º Os recursos destinados à aquisição da área em questão correrão por conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal do Planejamento: 08:000-08.101.04.122.5370.082728 - Aquisição e Desapropriação de Imóveis; 44.90.61.

Art. 5º Concluído o processo de desapropriação, os procedimentos para escrituração da área a que se refere o art. 1º deste decreto devem seguir o disposto no Decreto Municipal nº 8.159, de 21 de março de 2014.

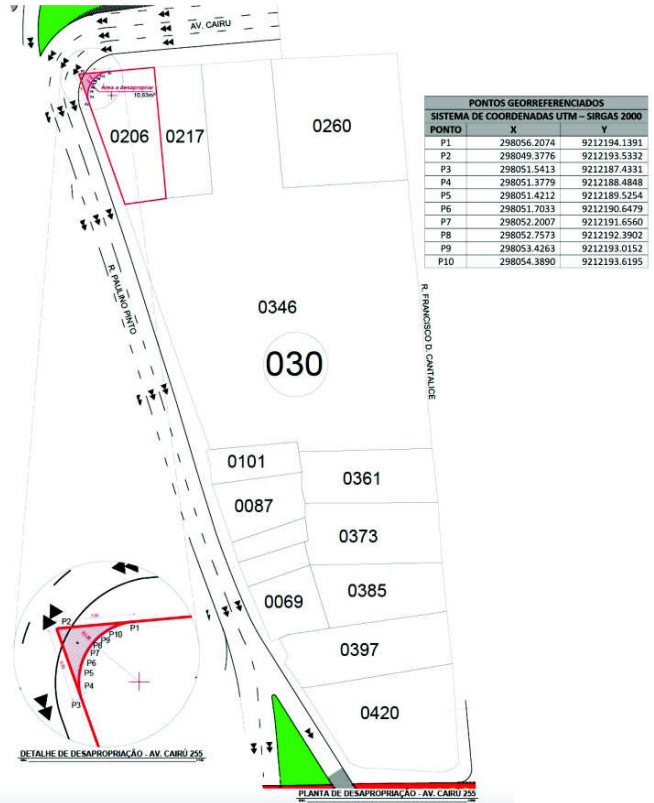
Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO DO GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, Estado da Paraíba, em 18 de março de 2024, 136ª da República.

CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito

PUBLICADO NO DOE-JP Nº 0494, de 22 de março de 2024.
Republicado por incorreção.

ANEXO ÚNICO



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: CDBD-F28F-C28D-B76F

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ CÍCERO DE LUCENA FILHO (CPF 142.XXX.XXX-53) em 05/04/2024 11:41:01 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/CDBD-F28F-C28D-B76F>

DECRETO N.º 10.600, DE 04 DE ABRIL DE 2024

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PARA
REFORÇO DE DOTAÇÃO CONSIGNADA
NA SEGGOV NO VIGENTE ORÇAMENTO.

O Prefeito do Município de João Pessoa, Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, do artigo 60 e a alínea c, inciso I, do artigo 76, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o inciso I, do artigo 6º, da Lei nº 15.066, de 12 de janeiro de 2024, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 8.522/2024,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar na Secretaria de Gestão Governamental no valor de R\$ 57.350,00 (cinquenta e sete mil, trezentos e cinquenta reais), para reforço de dotação orçamentária na forma discriminada no anexo I (Acréscimo).

Art. 2º A despesa com o Crédito Suplementar aberto pelo artigo anterior, correrá por conta da Operação de Crédito nº 4444/OC-BR, firmada entre a Prefeitura Municipal de João Pessoa e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), mediante conta-corrente nº 71.010-9, Agência 1909 da Caixa Econômica Federal, para o Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado e Sustentável de João Pessoa-Programa João Pessoa Sustentável, de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 4.320/64, conforme discriminação a seguir:

OPERAÇÃO DE CRÉDITO: PMJP/BID
CÓD. RECEITA – 2.1.2.9.99.01 - OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO –
MERCADO EXTERNO - PRINCIPAL
FONTE: 1754..... R\$ 57.350,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, em 04 de abril de 2024.

CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito

AYRTON LINS FALCÃO FILHO
Secretário de Planejamento

BRUNNO SITÔNIO FIALHO DE OLIVEIRA
Secretário das Finanças

Anexo I
Acréscimo

Ano Base: 2024

Órgão / UO	DESCRIÇÃO	MODALIDADE*	FR**	VALOR (R\$1,00)
Classificação Funcional				
71000	SECRETARIA DE GESTÃO GOVERNAMENTAL			
71101	SEGGOV - AÇÕES DE GOVERNO			
15.451.5552.711616	PLANEJAMENTO URBANO SUSTENTÁVEL, INTEGRADO E GESTÃO DA CIDADE.	4.4.90	1.7.54	57.350,00
			SUBTOTAL	57.350,00
			TOTAL GERAL	57.350,00
*MODALIDADE DE APLICAÇÃO				
4.4.90 - APLICAÇÕES DIRETAS				
**FONTE DE RECURSO				
Recursos de Operações de Crédito				



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: D7C4-6ADC-FD66-1781

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ AYRTON LINS FALCÃO FILHO (CPF 467.XXX.XXX-72) em 04/04/2024 10:34:17 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ BRUNNO SITÔNIO (CPF 029.XXX.XXX-83) em 05/04/2024 09:23:17 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ CÍCERO DE LUCENA FILHO (CPF 142.XXX.XXX-53) em 05/04/2024 11:41:54 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/D7C4-6ADC-FD66-1781>

DECRETO N.º 10.601 DE 04 DE ABRIL DE 2024

ALTERA O REGULAMENTO DO CÓDIGO
TRIBUTÁRIO MUNICIPAL – RCTM,
APROVADO PELO DECRETO N.º 6.829,
DE 11 DE MARÇO DE 2010, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, inciso V, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, bem como pelo artigo 277, caput, da Lei Complementar Municipal n.º 53, de 23 de dezembro de 2008;

DECRETA:

Art. 1º O Regulamento do Código Tributário Municipal - RCTM, aprovado pelo Decreto n.º 6.829, de 11 de março de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

- *Art. 474.
§1º Salvo disposição expressa em sentido contrário, todo o contribuinte que não esteja incluído em regime específico encontra-se sujeito ao regime geral, sendo vedada a aplicação simultânea de regimes distintos.
§2º O ingresso em regime específico, previsto nesta ou noutra legislação pertinente, implica no desenquadramento do regime geral ou de outro no qual se encontrava.
§3º Salvo disposição expressa em sentido contrário, não há direito adquirido a regime específico que tenha sido aplicável a determinado sujeito passivo em período anterior.”
*Art. 476.
§1º A opção referida no caput deste artigo somente poderá ser feita em relação à sociedade que preencher os seguintes requisitos:
I - todos os profissionais, ainda que sócios, devem possuir a mesma habilitação profissional, com registro no órgão de classe;
II - não pode haver sócio pessoa jurídica;
III - a sociedade deve explorar apenas a atividade relacionada à habilitação profissional dos sócios, e constante de seus atos constitutivos;
IV - a prestação deve ser realizada pessoalmente pelo profissional habilitado, assumindo responsabilidade direta pelo serviço;
V - a sociedade deve ser não empresária, constituída na forma de sociedade simples, não podendo o estatuto prever sócio eminentemente capitalista ou cláusula que limite a responsabilidade do profissional, seja sócio ou não;
VI - a sociedade deve cumprir regularmente suas obrigações tributárias.



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de João Pessoa

Prefeito: Cícero de Lucena Filho
Vice-Prefeito: Leopoldo Araújo Bezerra Cavalcanti
Sec. de Gestão Governamental: Diego Tavares de Albuquerque
Secretaria de Administração: Ariosvaldo de Andrade Alves
Secretaria de Saúde: Luis Ferreira de Sousa Filho
Secretaria de Educação: Maria América Assis de Castro
Secretaria de Planejamento: Ayrtón Lins Falcão Filho
Secretaria da Finanças: Brunno Sitônio Fialho de Oliveira
Secretaria de Desenv. Social: Norma Wanderley da Nóbrega Gouveia
Secretaria de Habitação: Maria Socorro Gadelha
Secretaria de Comunicação: Janildo Jerônimo da Silva
Controlad. Geral do Município: Diego Fabrício C. de Albuquerque
Secretaria de Direitos Humanos: Maria Benicleide Silva Silvestre
Procuradoria Geral do Município: Bruno Augusto A. da Nóbrega
Sec. de Proteção e Defesa do Consumidor: Rougger Xavier G. Júnior

Secretaria da Receita: Sebastião Feitosa Alves
Secretaria da Infra Estrutura: Rubens Falcão da Silva Neto
Sec. de Desenvolvimento Econômico do Trabalho: Vaulene de Lima Rodrigues
Sec. Juventude, Esporte e Recreação: Kaio Márcio Ferreira Costa
Secretaria de Turismo: Daniel Rodrigues de Lacerda Nunes
Secretaria de Políticas Públicas das Mulheres: Ivonete Porfírio Martins
Sec. de Desenvolvimento Urbano: Rodrigo Fagundes Figueiredo Trigueiro
Sec. da Ciência e Tecnologia: Guido Lemos de Souza Filho
Secretaria de Meio Ambiente: Welison Araújo Silveira
Sec. de Segurança Urbana e Cidadania: Luiz Eduardo Menezes Soares
Secretaria da Defesa Civil: Jailton Gomes Bezerra
Suprerint. de Mobilidade Urbana: Expedito Leite Silva Filho
Autarqu. Esp. Munic. de Limp. Urbana: Ricardo José Veloso
Instituto de Previdência do Munic.: Caroline Ferreira Agra
Fundação Cultural de João Pessoa: Antônio Marcus Alves de Souza

DIÁRIO
OFICIAL

Agente de Registros e Publicações - Orleide Maria de O. Leão
Designer Gráfico - Emilson Diniz e Fábio Evangelista

Unidade de Atos Oficiais - Secretaria de Gestão Governamental
Praça Pedro Américo, 70 - Cep: 58.010-340
Pabx: 83 3213.5277
diariompjp@gmail.com

Órgão Oficial da Prefeitura Municipal de João Pessoa
Criado pela Lei Municipal nº 14.457, de 22 de março de 2022
Centro Administrativo Municipal
Rua Diógenes Chianca, 1777 - Água Fria - Cep: 58.053-900
Fone: 3128.9038 - e-mail: sead@joaopessoa.pb.gov.br

§2º Para fins de inclusão no regime, a sociedade simples poderá constituir-se na forma pura ou assumir outro tipo societário, desde que permitido na legislação aplicável."

"Art. 476-A.

II - de 4 (quatro) a 6 (seis) profissionais: 204 (duzentas e quatro) UFIR-JP, por profissional e por ano;
III - de 7 (sete) a 9 (nove) profissionais: 228 (duzentas e vinte e oito) UFIR-JP, por profissional e por ano; ou
IV - 10 (dez) ou mais profissionais: 288 (duzentas e oitenta e oito) UFIR-JP, por profissional e por ano.

"Art. 476-B. A opção pelo regime de alíquotas fixas será realizada eletronicamente, na forma deste Regulamento, até o último dia útil de janeiro de cada ano, para ter eficácia no mesmo exercício financeiro.

§2º A sociedade deverá informar eletronicamente a atualização ou confirmação do quadro de profissionais até o último dia útil de janeiro de cada ano, para que seja considerado no lançamento do mesmo exercício financeiro, juntando a documentação exigida em ato da Secretaria da Receita Municipal.

§3º Para ter eficácia retroativa ao início de suas atividades, com cálculo proporcional aos meses restantes do exercício, a opção deverá ser feita em até 10 (dez) dias, contados da data em que for deferido o pedido de inscrição no Cadastro Mobiliário Fiscal.

§7º Para fins de exclusão, o contribuinte deverá realizar o pedido eletronicamente, na forma deste Regulamento, até o último dia útil de janeiro de cada ano, para ter eficácia no mesmo exercício financeiro.

§9º A inclusão no regime especial de sociedade de profissionais não desonera o contribuinte das demais obrigações acessórias previstas na legislação, inclusive às relativas aos documentos fiscais e às declarações de serviços."

"Art. 477.

§1º Quando a inscrição do profissional autônomo ou da sociedade de profissionais for efetuada após o início do exercício, o lançamento do imposto, quando aplicável o regime fixo, será proporcional ao número de meses restantes para o término do exercício financeiro.

§2º Nos casos de regime fixo, o lançamento do imposto do profissional autônomo ou da sociedade de profissionais será revisto para corresponder, de forma proporcional, ao número de meses decorridos no exercício financeiro até a ocorrência dos seguintes eventos:
I - baixa da inscrição; e
II - exclusão do regime fixo, por ato de ofício.

§3º No caso do imposto devido pelos profissionais autônomos, realizando-se o lançamento na forma do parágrafo 2º do artigo 67, fica vedado o lançamento de cota com prazo de recolhimento a ser efetuado no exercício seguinte àquele em que ocorreu o lançamento. No caso de sociedades de profissionais, não se aplica a vedação prevista neste parágrafo, seja o valor anual ou proporcional."

"Art. 477-A. O lançamento anual da sociedade de profissionais, quando aplicável o regime fixo, será realizado com base nas informações constantes na Declaração de Serviços, atualizada dos profissionais habilitados, além das contidas no cadastro mercantil do contribuinte.

§1º O cálculo tomará por base a atualização ou confirmação do quadro de profissionais, conforme tenha sido informado até o último dia útil de janeiro de cada ano.

§2º No início de cada exercício financeiro, será realizada comparação entre o valor lançado no ano anterior e aquele que seria devido, considerando-se as inclusões e/ou exclusões informadas.

§3º Apurada diferença nos termos do parágrafo anterior, a mesma será objeto de lançamento complementar ou compensada no lançamento do exercício financeiro em curso, conforme o caso."

"Art. 571-A.

§1º Salvo disposição expressa em sentido contrário, os incentivos fiscais previstos neste título não são cumuláveis entre si, nem com quaisquer outros previstos na legislação municipal ou noutras legislações.

§2º A não-cumulatividade prevista no parágrafo anterior:

I - não se aplica, caso os incentivos fiscais pleiteados incidam sobre tributos distintos;
II - quando se tratar de ISS não-sujeito ao Simples Nacional, deve ser apurada por subitem da Lista de Serviços constante do Anexo I deste Regulamento, sendo vedada a concessão de mais de um incentivo fiscal para o mesmo subitem.

§3º O descumprimento do disposto no caput deste artigo ou a constatação de que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições exigidas para gozo do incentivo fiscal, sujeitará o contribuinte, na forma deste Regulamento, a perda do benefício e ao lançamento dos tributos cabíveis, bem como de seus acréscimos legais."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, em 04 de abril de 2024.

CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito Municipal

Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/702B-03F2-6376-52AA> e informe o código 702B-03F2-6376-52AA

Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/702B-03F2-6376-52AA> e informe o código 702B-03F2-6376-52AA



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 702B-03F2-6376-52AA

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ CÍCERO DE LUCENA FILHO (CPF 142.XXX.XXX-53) em 05/04/2024 11:42:44 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/702B-03F2-6376-52AA>

PORTARIA Nº. 363

Em, 25 de março de 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, item V e art. 76, item II, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, e as Leis nº 13.775/2019 e 15.049/2023, e tendo em vista o que consta do Memorando nº 39.783/2024.

RESOLVE:

I – Alterar a simbologia de FCDE-1 para FCDE-2, de FERNANDO AUGUSTO GENERINO SOARES, matrícula nº 82.161-6, DIRETOR ADMINISTRATIVO, e PATRICIA MENEZES DE LUNA FREIRE, matrícula nº 69.105-4, DIRETORA PEDAGÓGICA, da ESCOLA MUNICIPAL CARLOS NEVES DA FRANCA da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir de 01 de março de 2024.

CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: A151-4200-5A60-1DB4

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ CÍCERO DE LUCENA FILHO (CPF 142.XXX.XXX-53) em 03/04/2024 22:47:41 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/A151-4200-5A60-1DB4>

Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/A151-4200-5A60-1DB4> e informe o código A151-4200-5A60-1DB4



PORTARIA Nº. 365 Em, 25 de março de 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso de suas atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, alínea c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, combinado com a Lei nº 8.059 de 21 de junho de 1996, e tendo em vista o que consta do Memorando nº 72.634/2023.

RESOLVE:

I – Nomear, os representantes, titulares e suplentes, abaixo discriminados, para comporem o CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, na SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA, para o biênio 2023/2025

REPRESENTAÇÃO GOVERNAMENTAL

1 – Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania

Titular: MARIA BENICLEIDE SILVA SILVESTRE, matrícula nº 95.620-1
Suplente: MAX GLEIDSON DA SILVA RAMOS

2 – Secretaria do Planejamento

Titular: ISRAEL VICTOR COSTA DE ARAUJO CAVALCANTI, matrícula nº 93.380-5
Suplente: INGRID SILVA MARINHO CARNEIRO, matrícula nº 101.268-3

3 – Secretaria das Finanças

Titular: DENISE SIMONE GUEDES DE ANDRADE BEZERRA, matrícula nº 88.401-4
Suplente: LUCIANNA MARIA MELLO PALHANO, matrícula nº 102.570-4

4 – Secretaria de Gestão Governamental

Titular: SILVIO ROMERO MACEDO DE BRITTO, matrícula nº 94.850-1
Suplente: KAMILA OLIVEIRA DE AMORIM, matrícula nº 101.369-8

5 – Secretaria de Educação e Cultura

Titular: FLAVIA PENHA DO NASCIMENTO, matrícula nº 91.655-2
Suplente: GILDEVAN ESTRELA DANTAS, matrícula nº 107.278-3

6 – Secretaria da Saúde

Titular: SHIRLEY MELO GUIMARÃES, matrícula nº 27.236-1
Suplente: IRENE ROCHA DELGADO, matrícula nº 12.440-1

7 – Secretaria de Desenvolvimento Humano do Governo do Estado da Paraíba

Titular: GILMARA ANDRÉA DE OLIVEIRA
Suplente: MONICA LAURA CAROLI ERVOLINO

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito

VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: E9CA-263D-B61B-2DEC

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ CÍCERO DE LUCENA FILHO (CPF 142.XXX.XXX-53) em 03/04/2024 22:48:26 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/E9CA-263D-B61B-2DEC>

PORTARIA Nº. 384 Em, 01 de abril de 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, Lei nº 14.378/2021, e alterações posteriores.

RESOLVE:

I – Exonerar FRANCISCO EUGÊNIO GOUVEIA NEIVA, matrícula nº 102.163-1, do cargo em comissão, símbolo DAS-1 de CHEFE DA DIVISÃO DE INFORMÁTICA da SECRETARIA DE TURISMO.

II – Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito

PORTARIA Nº. 385 Em, 01 de abril de 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, Lei nº 14.378/2021, e alterações posteriores.

RESOLVE:

I – Exonerar ANDRE TEIXEIRA DE PAIVA, matrícula nº 106.647-3, do cargo em comissão, símbolo DAS-1 de CHEFE DA DIVISÃO DE PESQUISA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO da SECRETARIA DE TURISMO.

II – Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito

PORTARIA Nº. 386 Em, 01 de abril de 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, Lei nº 14.378/2021, e alterações posteriores.

RESOLVE:

I – Nomear FRANCISCO EUGENIO GOUVEIA NEIVA, matrícula nº 102.163-1, para exercer o cargo em comissão, símbolo DAS-1 de ASSESSOR JURÍDICO da SECRETARIA DE TURISMO.

II – Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito

PORTARIA Nº. 387 Em, 01 de abril de 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, Lei nº 14.378/2021, e alterações posteriores.

RESOLVE:

I – Nomear ANDRE TEIXEIRA PAIVA, matrícula nº 106.647-3, para exercer o cargo em comissão, símbolo DAS-1 de CHEFE DA DIVISÃO DE INFORMÁTICA da SECRETARIA DE TURISMO.

II – Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito

Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/E9CA-263D-B61B-2DEC> e informe o código ATCC: F3FB-66BD-3038



Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/ATCC-F3FB-66BD-3038> e informe o código ATCC: F3FB-66BD-3038



Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/ATCC-F3FB-66BD-3038> e informe o código ATCC: F3FB-66BD-3038



PORTARIA Nº. 388 Em, 01 de abril de 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, Lei nº 14.378/2021, e alterações posteriores.

RESOLVE:

I – Nomear GIUSEPPE LEONARDI GERMOGLIO, matrícula nº 101.466-0, para exercer o cargo em comissão, símbolo DAS-1 de ASSESSOR DA DIRETORIA DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO da SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

II – Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito

PORTARIA Nº. 389 Em, 01 de abril de 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, Lei nº 14.378/2021, e alterações posteriores.

RESOLVE:

I – Exonerar EVERTON TORRES TOME DE SOUSA, matrícula nº 101.453-8, do cargo em comissão, símbolo DAS-1 de ASSESSOR DA DIRETORIA DE OBRAS da SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

II – Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito

PORTARIA Nº. 390 Em, 01 de abril de 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, Lei nº 14.378/2021, e alterações posteriores.

RESOLVE:

I – Nomear EVERTON TORRES TOME DE SOUSA, matrícula nº 101.453-8, para exercer o cargo em comissão, símbolo DAS-1 de ASSESSOR DA DIRETORIA DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO da SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

II – Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito

PORTARIA Nº. 391 Em, 01 de abril de 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, Lei nº 14.378/2021, e alterações posteriores.

RESOLVE:

I – Exonerar MARCOS CESAR BEZERRA DO NASCIMENTO, matrícula nº 106.036-0, do cargo em comissão, símbolo DAS-3 de ASSISTENTE DE GABINETE DO SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE.

II – Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito

PORTARIA Nº. 392 Em, 01 de abril de 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, Lei nº 14.378/2021, e alterações posteriores.

RESOLVE:

I – Nomear ELINES DE ANDRADE SANTOS, para exercer o cargo em comissão, símbolo DAS-3 de ASSISTENTE DE GABINETE DO SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE.

II – Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito

PORTARIA Nº. 393 Em, 01 de abril de 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, Lei nº 14.378/2021, e alterações posteriores, e tendo em vista o que consta do Protocolo nº 48.606/2024.

RESOLVE:

I – Exonerar PEDRO CRUZ DA SILVA, matrícula nº 101.632-8, do cargo em comissão, símbolo DAS-3 de ASSISTENTE DE GABINETE da SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

II – Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito

PORTARIA Nº. 394 Em, 01 de abril de 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, Lei nº 14.378/2021, e alterações posteriores, e tendo em vista o que consta do Protocolo nº 48.606/2024.

RESOLVE:

I – Nomear EDSON CRUZ DA SILVA, para exercer o cargo em comissão, símbolo DAS-3 de ASSISTENTE DE GABINETE da SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

II – Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito

PORTARIA Nº. 395 Em, 01 de abril de 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, Lei nº 14.378/2021.

RESOLVE:

I – Exonerar ALYNE TAVARES CAMARA RUFINO, matrícula nº 102.809-1, do cargo em comissão, símbolo DAS-3 de ARTICULADOR DE NUCLEO REGIONAL na SECRETARIA EXECUTIVA DE PARTICIPAÇÃO POPULAR da SECRETARIA DE GESTÃO GOVERNAMENTAL.

II – Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito

Assinado por: CÍCERO DE LUCENA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: <https://joaopessoa.1dc.com.br/verificacao/ATCC-F9FB-66BD-3938> e informe o código ATCC-F9FB-66BD-3938



Assinado por: CÍCERO DE LUCENA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: <https://joaopessoa.1dc.com.br/verificacao/ATCC-F9FB-66BD-3938> e informe o código ATCC-F9FB-66BD-3938



Assinado por: CÍCERO DE LUCENA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: <https://joaopessoa.1dc.com.br/verificacao/ATCC-F9FB-66BD-3938> e informe o código ATCC-F9FB-66BD-3938



Assinado por: CÍCERO DE LUCENA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: <https://joaopessoa.1dc.com.br/verificacao/ATCC-F9FB-66BD-3938> e informe o código ATCC-F9FB-66BD-3938



PORTARIA Nº. 396

Em, 01 de abril de 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, Lei nº 14.378/2021.

RESOLVE:

I – Nomear LUCIANO FERREIRA DA SILVA, para exercer o cargo em comissão, símbolo DAS-3 de ARTICULADOR DE NUCLEO REGIONAL na SECRETARIA EXECUTIVA DE PARTICIPAÇÃO POPULAR da SECRETARIA DE GESTÃO GOVERNAMENTAL.

II – Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito

PORTARIA Nº. 397

Em, 01 de abril de 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, Lei nº 14.378/2021 e alterações posteriores.

RESOLVE:

I – Nomear DANILO TOLEDO DE ALBUQUERQUE, para exercer o cargo em comissão, símbolo DAE-3 de ASSESSOR TÉCNICO DA DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA DA UNIDADE EXECUTORA DE TECNOLOGIA da SECRETARIA DE GESTÃO GOVERNAMENTAL

II – Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito

PORTARIA Nº. 398

Em, 01 de abril de 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, Lei nº 14.378/2021 e alterações posteriores.

RESOLVE:

I – Nomear DEOMEDES BARROS DE VASCONCELOS NETO, para exercer o cargo em comissão, símbolo DAS-3 de ASSISTENTE TÉCNICO DA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA da SECRETARIA DE TURISMO.

II – Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito

PORTARIA Nº. 399

Em, 01 de abril de 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, Lei nº 14.378/2021 e alterações posteriores.

RESOLVE:

I – Nomear LUIZ EDUARDO DO NASCIMENTO CHAVES, para exercer o cargo em comissão, símbolo DAS-1 de CHEFE DA DIVISÃO DE ATENDIMENTO DA UNIDADE EXECUTORA DE TECNOLOGIA da SECRETARIA DE GESTÃO GOVERNAMENTAL

II – Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: A7CC-F3FB-66BD-393B

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ CÍCERO DE LUCENA FILHO (CPF 142.XXX.XXX-53) em 04/04/2024 17:02:44 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/A7CC-F3FB-66BD-393B>

PORTARIA Nº. 412

Em, 04 de abril de 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, Lei nº 14.378/2021 e alterações posteriores.

RESOLVE:

I – Exonerar, a pedido, MOISES FIGUEIREDO FERREIRA LIMA, matrícula nº 0/001.208-4, do cargo em comissão, símbolo DEX-2 de DIRETOR EXECUTIVO DE CULTURAS POPULARES da FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOÃO PESSOA-FUNJOPE.

II – Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 3A18-1B78-1F7F-1265

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ CÍCERO DE LUCENA FILHO (CPF 142.XXX.XXX-53) em 04/04/2024 17:00:26 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/3A18-1B78-1F7F-1265>

PORTARIA Nº. 417

Em, 05 de abril de 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, Lei nº 14.378/2021 e alterações posteriores.

RESOLVE:

I – Exonerar FERNANDA DANTAS DE OLIVEIRA MARINHO, matrícula nº 103.705-8 do cargo em comissão, símbolo DAS-3 de ASSISTENTE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO da SECRETARIA DE GESTÃO GOVERNAMENTAL.

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir de 1 de abril de 2024.

CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito

Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/A7CC-F3FB-66BD-393B> e informe o código A7CC-F3FB-66BD-393B



Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/A7CC-F3FB-66BD-393B> e informe o código A7CC-F3FB-66BD-393B



Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/3A18-1B78-1F7F-1265> e informe o código 3A18-1B78-1F7F-1265



Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/3A18-1B78-1F7F-1265> e informe o código 3A18-1B78-1F7F-1265



PORTARIANº. 418

Em, 05 de abril de 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, Lei nº 14.378/2021 e alterações posteriores.

RESOLVE:

I – Exonerar ALINE KELLY LUIZA MATIAS, matrícula nº 103.706-6, do cargo em comissão, símbolo DAE-1 de ASSESSOR ESPECIAL da SECRETARIA DE GESTÃO GOVERNAMENTAL.

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir de 1 de abril de 2024.

CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito

PORTARIANº. 419

Em, 05 de abril de 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, Lei nº 14.378/2021 e alterações posteriores.

RESOLVE:

I – Exonerar GIOVANNI BAKKE MAROJA DI PACE, matrícula nº 106.334-2 do cargo em comissão, símbolo DAE-1 de ASSESSOR ESPECIAL da SECRETARIA DE GESTÃO GOVERNAMENTAL.

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir de 1 de abril de 2024.

CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 7C15-9A8F-7A74-13C7

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ CÍCERO DE LUCENA FILHO (CPF 142.XXX.XXX-53) em 05/04/2024 18:21:02 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/7C15-9A8F-7A74-13C7>

PROGEM

ATA DA 118ª REUNIAO ORDINARIA DO COMITE GESTOR DO FUNDO DE GESTAO, DESENVOLVIMENTO E MODERNIZACAO DA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICIPIO DE JOAO PESSOA/PB

Ao 3º dia do mês de abril de 2024, às 9h00, através da plataforma *Google Meet*, o Comitê Gestor do Fundo de Gestão, Desenvolvimento e Modernização da Procuradoria-Geral do Município de João Pessoa/PB realizou a 118ª REUNIÃO ORDINÁRIA, estando presentes os seguintes membros: Dr. Bruno Augusto Albuquerque da Nóbrega – Procurador-geral, Dr. Danilo de Sousa Mota – Procurador-Geral Adjunto, Dr. André Borges Coelho de Miranda Freire – Procurador Municipal, Dr. Rafael de Lucena Falcão – Corregedor da Procuradoria e Dr. Leonardo Teles de Oliveira – Procurador Municipal. Outrossim, foi devidamente justificada a ausência do Dr. Eduardo Marques de Lucena – Assessor Especial.

Inicialmente, o Procurador-geral declarou aberta a sessão, na condição de Presidente. Logo, os trabalhos foram instaurados com a apreciação do **Processo nº 00316/2024**, no qual o Dr. Thaciano Rodrigues de Azevedo requereu a concessão de bolsa de estudos, no valor mensal de R\$2.999,00 (dois mil, novecentos e noventa e nove reais), durante 48 (quarenta e oito) meses, para custear a sua participação no Programa de Doutorado em Direito, Pós Graduação stricto sensu, com área de concentração em “Direito, Processo e Cidadania”, na Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Com a palavra, o **relator do feito, Dr. Rafael de Lucena Falcão**, proferiu voto favorável ao **DEFERIMENTO** do pleito, sendo **unanimemente acompanhado pelos membros do Comitê Gestor**. Restou ainda destacado que as solicitações de reembolso devem ser feitas em processos apartados dirigidos à **Diretoria Administrativa e Financeira – DAF**, mensalmente.

Em seguida, teve início a deliberação do **Processo Administrativo nº 00207/2024**, instaurado por requerimento do Procurador Municipal Dr. Thyago Luis Barreto Mendes Braga, pleiteando o pagamento de complementação à bolsa de estudos recebida pelos estagiários da Procuradoria-geral do Município de João Pessoa. Afirma o Diretor do Centro de Estudos que o valor atualmente pago pela Prefeitura Municipal de João Pessoa, qual seja: R\$ 500,00 (quinhentos reais) encontra-se defasado tendo sido o valor estabelecimento há 12 anos e que tal fato tem levado ao esvaziamento do quadro de estagiários, com sucessivas desistências. Mediante análise dos documentos acostados ao requerimento, o **relator do processo, Dr. Leonardo Teles de Oliveira**, proferiu voto oralmente, nos seguintes termos:

“Com fundamento no art. 2º, XVI, art. 5º e art. 6º, todos da Lei nº 11.995/2010, após a análise do requerimento inicial e da manifestação posterior formulados pelo Chefe do Centro de Estudos, **VOTO pela POSSIBILIDADE da edição de resolução pelo Comitê Gestor do FUNDERM para regulamentar o custeio de complemento financeiro à bolsa paga pelo Prefeitura de João Pessoa aos estagiários lotados na PGM/JP, no valor mensal individual de R\$ 500,00 (quinhentos reais), limitado ao número máximo de 26 estagiários**, com fundamento no art. 2º, XVI, da Lei Municipal nº 11.995/2010. **Uma vez aprovado o presente voto pelos membros do Comitê Gestor, recomendo que edição da referida resolução fique condicionada à manifestação formal da DAF indicado a existência de dotação orçamentária e disponibilidade financeira para fazer frente às despesas anuais com a complementação da bolsa paga aos estagiários que desempenham suas atividades na PGM/JP. Instados à manifestação, os membros do Comitê Gestor seguiram de forma unânime o entendimento do relator.**

Assim sendo, nada mais havendo a ser acrescentado, **finalizaram-se os trabalhos**. Eu, Giuliana Mariz Maia Vasconcelos Batista, secretária *ad hoc* do FUNDERM, encerro a presente ata, que digitei, sendo a mesma devidamente assinada pelos membros do Comitê Gestor e arquivada.

BRUNO AUGUSTO ALBUQUERQUE DA NÓBREGA
Procurador-geral

Este documento foi assinado digitalmente por Bruno Augusto Albuquerque da Nóbrega, Danilo de Sousa Mota e Giuliana Mariz Maia Vasconcelos Batista. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/7C15-9A8F-7A74-13C7> e informe o código 04604253-3089-0410.

DANILO DE SOUSA MOTA
Procurador-Geral Adjunto

ANDRÉ BORGES COELHO DE MIRANDA FREIRE
Procurador Municipal

RAFAEL DE LUCENA FALCÃO
Corregedor da Procuradoria

LEONARDO TELES DE OLIVEIRA
Procurador Municipal

GIULIANNA MARIZ MAIA VASCONCELOS BATISTA
Secretária *ad hoc* do Comitê Gestor do FUNDERM



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal OAB. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://oab.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/0AA0-62E3-39B8-0419> ou vá até o site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 0AA0-62E3-39B8-0419



Hash do Documento

FBC902797825A84F895FE8E238BECBFC9D9D437D83CF479C3F1859BDF065659B

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 05/04/2024 é(são) :

- ☒ André Borges Coelho de Miranda Freire (Signatário) - 107.101.854-05 em 04/04/2024 09:00 UTC-03:00
Nome no certificado: Andre Borges Coelho De Miranda Freire
Tipo: Certificado Digital
- ☒ Leonardo Teles de Oliveira (Signatário) - 027.573.025-58 em 03/04/2024 12:44 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- ☒ Bruno Augusto Albuquerque Da Nóbrega (Signatário) - 032.628.344-75 em 03/04/2024 10:47 UTC-03:00
Nome no certificado: Bruno Augusto Albuquerque Da Nobrega
Tipo: Certificado Digital
- ☒ Danilo de Souza Mota (Signatário) - 008.191.464-47 em 03/04/2024 10:46 UTC-03:00
Nome no certificado: Danilo De Sousa Mota
Tipo: Certificado Digital
- ☒ Giuliana Mariz Maia Vasconcelos Batista (Signatário) - 047.930.604-47 em 03/04/2024 10:45 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital



RESOLUÇÃO Nº 20, DE 03 DE ABRIL DE 2024.

Regulamenta o custeio da complementação financeira da bolsa paga pela Prefeitura de João Pessoa aos estagiários de desempenham suas atividade no âmbito da Procuradoria Geral do Município de João Pessoa, com fundamento no art. 2º, III e XVI, da Lei nº 11.995/2010.

O Comitê Gestor do FUNDERM, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 2º, III e XVI, art. 5º e art. 6º, todos da Lei nº 11.995, de 10 de novembro de 2010, em conformidade com a decisão colegiada tomada na 118ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor do Fundo de Gestão, Desenvolvimento e Modernização da Procuradoria-Geral do Município de João Pessoa, realizada em 03 de abril de 2024, e

CONSIDERANDO que o programa de estágio em Direito resta diretamente atrelado às finalidades institucionais da Procuradoria Geral do Município de João Pessoa;

CONSIDERANDO a necessidade de aperfeiçoamento do programa de estágio em Direito ofertado pela Procuradoria Geral do Município de João Pessoa, haja vista se tratar de órgão com atuação direta perante o sistema de justiça na defesa do interesse público;

CONSIDERANDO que o valor global do auxílio financeiro e do auxílio transporte, firmado pela Lei Municipal n. 12.368/2012, está sem reajuste há 12 anos, comprometendo a efetividade do programa de estágio em Direito e, consequentemente, melhor eficácia da Procuradoria Geral do Município de João Pessoa na consecução de sua finalidade institucional;

CONSIDERANDO a baixa adesão de estudantes de Direito ao programa de estágio ofertado pela Procuradoria Pública de João Pessoa, haja vista o valor defasado pago a título de ajuda de custo, conforme diagnóstico realizado pelo Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Município de João Pessoa;

CONSIDERANDO que diversos órgãos públicos integrantes do sistema judicial no Estado da Paraíba, a exemplo do Tribunal de Justiça da Paraíba, do Ministério Público Federal na Paraíba, do Ministério Público do Trabalho na Paraíba e da Justiça Federal na Paraíba, realizam pagamento de bolsas em valor, pelo

CONSIDERANDO que o Fundo de Gestão, Desenvolvimento e Modernização da Procuradoria Geral do Município de João Pessoa – FUNDERM possui orçamento vinculado a investimentos direcionados para as finalidades institucionais da Procuradoria Geral do Município de João Pessoa, nos termos do artigo 2º, III e XVI, da Lei Municipal n. 11.995/2010;

RESOLVE

Art. 1º. O Fundo de Gestão, Desenvolvimento e Modernização da Procuradoria-Geral do Município de João Pessoa – FUNDERM/PROGEM arcará, mensalmente, com a complementação do valor do auxílio financeiro pago aos estudantes vinculados ao programa de estágio em Direito ofertado pela Procuradoria Geral do Município de João Pessoa, no montante de R\$ 500,00 (quinhentos reais), com fundamento no art. 2º, III e XVI, da Lei nº 11.995/2010.

Art. 2º. A Diretoria de Administração e Finanças – DAF realizará a transferência dos valores referentes à complementação do auxílio financeiro, para conta pessoal indicada pelo estagiário em efetivo exercício na Procuradoria do Município de João Pessoa, até o quinto dia útil do mês subsequente ao desempenho das suas atividades, devendo fazê-lo proporcionalmente quando for o caso.

Art. 3º. Compete ao Comitê Gestor do FUNDERM, em reunião ordinária ou extraordinária, a partir da análise das informações orçamentárias e financeiras fornecidas pela DAF, bem como das necessidades do órgão, fixar o número máximo de estagiários que receberão a complementação do auxílio financeiro regulamentado por esta resolução.

Art. 4º. O pagamento dos valores previstos por esta legislação ficam condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 5º. Os casos omissos serão avaliados pelo Comitê Gestor.

João Pessoa, 03 de abril de 2024.

Bruno Augusto Albuquerque da Nóbrega
Procurador-Geral do Município

Daniilo de Sousa Mota
Procurador-Geral Adjunto

Leonardo Teles de Oliveira
Procurador do Município
Chefe da Procuradoria Administrativa

Rafael de Lucena Falcão
Procurador do Município
Corregedor-geral

Eduardo Marques de Lucena
Assessor Especial

André Borges Coelho de Miranda Freira
Procurador do Município



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal OAB. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://oab.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/8F3F-C110-0700-0A50> ou vá até o site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 8F3F-C110-0700-0A50



Hash do Documento

C0FF7B0C0B85C040F09CFA7FEF0D253F9B4186C4B51F7507BDEE76A371A7F7F

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 05/04/2024 é(são) :

- ☒ André Borges Coelho de Miranda Freire (Signatário) - 107.101.854-05 em 05/04/2024 13:55 UTC-03:00
Nome no certificado: Andre Borges Coelho De Miranda Freire
Tipo: Certificado Digital
- ☒ Rafael de Lucena Falcão (Signatário) - 072.794.194-10 em 05/04/2024 10:34 UTC-03:00
Nome no certificado: Rafael De Lucena Falcão
Tipo: Certificado Digital
- ☒ Eduardo Marques de Lucena (Signatário) - 021.474.944-45 em 04/04/2024 16:48 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- ☒ Danilo de Souza Mota (Signatário) - 008.191.464-47 em 04/04/2024 15:41 UTC-03:00
Nome no certificado: Danilo De Sousa Mota
Tipo: Certificado Digital
- ☒ Leonardo Teles de Oliveira (Signatário) - 027.573.025-58 em 04/04/2024 15:38 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- ☒ Bruno Augusto Albuquerque Da Nóbrega (Signatário) - 032.628.344-75 em 04/04/2024 15:35 UTC-03:00
Nome no certificado: Bruno Augusto Albuquerque Da Nobrega
Tipo: Certificado Digital



SEDEST

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO - SEDEST
EDITAL Nº 007/2024
ABERTURA DE VAGAS

1. SOBRE AS VAGAS

1.1. Serão abertas 120 (cento e vinte) novas vagas, sem distinção de pessoa física e jurídica. No Edital 007/2024 de abertura de vagas todos os inscritos serão contemplados com a grade dos cursos ofertados pelo programa de capacitação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, o Eu Posso Aprender. A análise e a aprovação das inscrições seguirão a ordem cronológica de requerimento.

2. AS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições começarão no dia 16 de Abril de 2024, às 09:00 horas, de forma presencial e se encerrarão no dia 17 de Abril de 2024 às 17:00 horas, serão 60 (sessenta) vagas por dia.

3. CAPACITAÇÃO

3.1. Os 04 (quatro) cursos obrigatórios que serão realizados presencialmente em local informado no ato da inscrição:

- Despertando a Atitude Empreendedora - 1 hora-aula;
- Gestão de Riscos para Empreendedores - 2 horas-aula;
- Finanças Pessoais - 2 horas-aula;
- Comunicação e Oratória - 1 hora-aula.

4. DAS LINHAS DE CRÉDITO

4.1. As linhas de créditos são categorias de financiamento direcionadas a pequenos empreendedores, de acordo com características específicas de suas atividades ou objetivo de crédito, podendo diferenciar-se pelos valores, prazos de amortização e carência para pagamento.

4.2. As vagas ofertadas neste edital de abertura de vagas serão para as linhas de crédito TRADICIONAL e EMPRESARIAL.

4.3 LINHA DE CRÉDITO TRADICIONAL

4.3.1 Os créditos da Linha de Crédito TRADICIONAL serão limitados no valor de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais) para Pessoa Física. Os valores liberados irão variar mediante análise financeira, score de crédito e aprovação das etapas previstas neste Edital.

4.3.2 O pagamento poderá ser dividido em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais fixas, com carência de até 03 (três) meses, quando houver investimento em capital fixo ou misto. Para investimento apenas em capital de giro, o pagamento será de até 12 (doze) parcelas e sem carência.

4.4 LINHA DE CRÉDITO EMPRESARIAL

4.4.1 Os créditos da Linha de Crédito EMPRESARIAL serão limitados no valor de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para Pessoa Jurídica. Os valores liberados irão variar mediante análise financeira, score de crédito e aprovação das etapas previstas neste Edital.

4.4.2 O pagamento poderá ser dividido em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais fixas, com carência de até 03 (três) meses, quando houver investimento em capital fixo ou misto. Para investimento apenas em capital de giro, o pagamento será de até 12 (doze) parcelas e sem carência.

6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1. Dúvidas e maiores informações sobre o Edital ao qual se refere essa abertura de vagas podem ser encontradas no site <https://eu POSSO JOÃO PESSOA.pb.gov.br/>

João Pessoa, 03 de Abril de 2024.

Vaulene de Lima Rodrigues
Secretária de Desenvolvimento Econômico e Trabalho

VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS

Código para verificação: 08A7-EAD8-AA7A-21E1

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

VAULENE DE LIMA RODRIGUES (CPF 066.XXX.XXX-73) em 04/04/2024 13:59:49 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/08A7-EAD8-AA7A-21E1>

SEINFRA

Processo Administrativo nº: 24.680/2023.

Objeto: Processo administrativo de responsabilização. Contrato 11.024/2022.

Contratada: BR SANEAMENTO LTDA.

DECISÃO

I. FATOS

Trata-se de procedimento administrativo no qual foram solicitadas providências para apurar o descumprimento do Contrato 11.024/2022, por parte da empresa BR SANEAMENTO LTDA.

Com a manifestação da fiscalização (fls. 02/04), foi autorizada a instauração do feito (fl. 60) e providenciada a notificação para apresentação de defesa (Ofício (externo) 15.459/2023).

Foi apresentada defesa (fls.73/75) e a Fiscalização apresentou manifestação final sobre a argumentação desenvolvida (fl.85).

Após a devida instrução processual, a Assessoria Jurídica/SEINFRA, através do Parecer Jurídico nº 10/2024, opinou pela possibilidade da rescisão unilateral e aplicação de penalidades, em razão do inadimplemento contratual.

É o relatório. Decido.

II. FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente, pelo que se percebe, pretende a empresa contratada a formalização de um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, o qual, como exposto pela Assessoria Jurídica, não encontra previsão na Lei 8.666/1993.

Dessa maneira, recebo o expediente como DEFESA.

Outrossim, percebe-se o atendimento dos requisitos formais, com a exposição do descumprimento contratual, além da autorização expressa e fundamentada para o prosseguimento

Página 1 de 4

do processo (fl. 60) e a notificação (Ofício (externo) 15.459/2023), garantindo o contraditório e a ampla defesa, conforme arts. 78, parágrafo único, e 87, ambos da Lei 8.666/93.

Assegurado o devido processo legal, passo a análise do possível descumprimento contratual.

Sabe-se que nos certames licitatórios aplicam-se preceitos que regem esse tipo de procedimento administrativo, cabendo aos interessados a apresentação de suas propostas com as cautelas necessárias, tendo em vista as consequências legais decorrentes da legislação.

O presente procedimento visa apurar a conduta da empresa BR SANEAMENTO LTDA. com relação a inexecução do Contrato 11.024/2022, que tem como objeto a execução de pavimentação de ruas no Município de João Pessoa.

Sobre a execução do referido contrato, a fiscalização expôs que “*teve problemas de paralisações sem justifica assim como em todos os outros contratos*” e que “*foi realizado apenas 34,48% do contrato*”. Em arremate, a engenheira fiscal aduz que “*o contrato encontra-se paralisado sem justificativa e sem autorização da fiscalização*”.

Em sede de defesa, a empresa apresenta argumentos superficiais, limitando-se em alegar a necessidade de aditivo contratual. Contudo, a alegação não se sustenta pelo próprio expediente inicial elaborado pela fiscalização, que assim expôs: “*Mesmo após a publicação do aditivo, a empresa não realizou nenhuma mobilização nessas ruas, até o momento e com três medições zeradas consecutivamente*”.

Vê-se, portanto, que os argumentos apresentados não foram capazes de justificar a inexecução contratual, a qual, inclusive, é incontroversa, já que o prazo de execução findo sem a conclusão dos serviços contratados.

Assim, vê-se que a empresa, ao descumprir o contrato celebrado (inexecução contratual), acabou por prejudicar toda a coletividade (em especial os munícipes moradores das ruas que integram o contrato), recaiando as consequências legais e contratuais previstas.

Diante do descumprimento contratual, conclui-se que as condutas da empresa se amoldam nos arts. 78, I, II, III, IV, V e VII c/c 79, inc. I, c/c 87, todos da Lei 8.666/93 e Cláusulas 17ª e 18ª do Contrato, impondo a rescisão unilateral e a aplicação das sanções.

Art.78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

Página 2 de 4

I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
III - a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;
IV - o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
V - a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
(...)
VII - o descumprimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:
I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo anterior; (...)
§ 1º A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:
I - advertência;
II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
§ 1º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.
§ 2º As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
§ 3º A sanção estabelecida no inciso IV deste artigo é de competência exclusiva do Ministro de Estado, do Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

Considerando a **inexecução contratual** e o **arremate do Parecer nº 10/2024**, conclui-se pela **rescisão unilateral**, com a aplicação da penalidade de **suspensão temporária e impedimento de contratar** pelo prazo de **02 (dois) anos e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratual**, nos termos dos arts. 78, I, II, III, IV, V e VII c/c 79, inc. I, c/c 87, todos da Lei 8.666/93 e Cláusulas 17ª e 18ª do Contrato, com amparo nos princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

III. DISPOSITIVO

Ante o exposto, frente aos dispositivos legais destacados, **DECIDO** pela **RESCISÃO UNILATERAL** do Contrato 11.024/2022, com a aplicação das sanções de **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA** de participação em licitação e **IMPEDIMENTO DE CONTRATAR** com a Administração pelo período de 02 (dois) anos e **MULTA** de 10% (dez por cento) sobre o valor contratual, nos termos dos arts. 78, I, II, III, IV, V e VII c/c 79, inc. I, c/c 87, todos da Lei 8.666/93 e Cláusulas 17ª e 18ª do Contrato, em face de BR SANEAMENTO LTDA..

PUBLIQUE-SE a decisão no Diário Oficial do Município.

INTIME-SE a **BR SANEAMENTO LTDA.**, da decisão prolatada, facultando-lhe o direito de apresentar suas razões recursais no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação da decisão, nos termos do art. 109, I, da Lei 8.666/93.

COMUNIQUE-SE à Controladoria Geral do Município (Jurídico/SEINFRA) para providenciar a inscrição da penalidade nos cadastros competentes.

ENCAMINHE-SE à Comissão de Licitação, à Diretoria e à Divisão de Medição para ciência.

João Pessoa/PB, [data da assinatura digital].

Rubens Falcão da Silva Neto
Secretário Municipal de Infraestrutura



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 7DB0-DE47-673F-7334

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ RUBENS FALCAO DA SILVA NETO (CPF 338.XXX.XXX-87) em 15/01/2024 11:33:20 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: AC CNL RFB v3 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/7DB0-DE47-673F-7334>

SEPLAN

A Prefeitura Municipal de João Pessoa/SEPLAN – CNPJ/CPF: Nº 08.778.326/0001-56, torna público que recebeu da SEMAM – Secretaria Municipal de Meio Ambiente, **LICENÇA PRÉVIA 9208-23-JP-LAP PARA CONSTRUÇÃO DAS PRAÇAS DA COMUNIDADE MARINÊS**, em GRAMAME, em João Pessoa – PB.

SETUR

Portaria nº 05/2024 - SETUR

O Secretário de Turismo do Município de João Pessoa – PB, Daniel Rodrigues de Lacerda Nunes, no uso de suas atribuições, RESOLVE, designar A Senhora Maria Larissa Da Silva Araújo – Chefe da Secretaria Pessoal – Mat 95.091-2, para ser a gestora do contrato Nº 06-008/2024. O Sr. Renan Felipe M. Trigueiro – Diretor Administrativo e financeiro (Fiscal Administrativo) Mat – 95.114-5 para fiscalização e atesto de notas, referente à prestação de serviço de agenciamento de passagem aérea, empresa ARARAUNA TURISMO ECOLÓGICO LTDA EPP.

Esta portaria entra em vigor na data de assinatura, revogando quaisquer disposições em contrário, especialmente as portarias antes emitidas para os fins mencionados neste documento.

João Pessoa 19 DE MARÇO de 2024

Daniel Rodrigues de Lacerda Nunes
Secretário de Turismo de João Pessoa

SEMOB

PORTARIANº 016/2024

JoãoPessoa, 04 de abril de 2024.

O SUPERINTENDENTE EXECUTIVO DE MOBILIDADE URBANA DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 12.250, de 26 de dezembro de 2011, c/c o art. 66, inciso IV da Lei Orgânica do Município de João Pessoa, Lei Municipal nº 10.429, de 14 de fevereiro 2005; Portaria nº 1806 GAPRE de 30 de março de 2022; art. 3º da Lei Ordinária Nº 14.559, de 22 de junho de 2022;

RE SO LVE:

I – Tornar sem efeito a Portaria Nº 056/2023, publicada no Diário nº 0319, pág. 014/020, de 11 de julho de 2023, que designou **JOSÉ ALVES DE SANTANA NETO**, matrícula 01858-9, para responder pelo cargo de DIRETOR DE PLANEJAMENTO, em caráter interino, retornando o servidor à sua função original do cargo em comissão de Assessor Técnico.

II –Esta Portaria entra em vigor nesta data.

EXPEDITO LEITE DA SILVA FILHO
Superintendente



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 6E1B-3C67-FED6-108F

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ EXPEDITO LEITE DA SILVA FILHO (CPF 031.XXX.XXX-89) em 04/04/2024 17:13:03 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/6E1B-3C67-FED6-108F>

Assinado por 1 pessoa: RUBENS FALCAO DA SILVA NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/7DB0-DE47-673F-7334> e informe o código 7DB0-DE47-673F-7334



Página 3 de 4

Assinado por 1 pessoa: DANIEL RODRIGUES DE LACERDA NUNES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/95091-2024-03-19-04-19> e informe o código 95091-2024-03-19-04-19



Assinado por 1 pessoa: EXPEDITO LEITE DA SILVA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/6E1B-3C67-FED6-108F> e informe o código 6E1B-3C67-FED6-108F



SECITEC

PORTARIA Nº 001/2024, de 03 de abril de 2024.

"Nomeia a Comissão de Conformidade e Transparência (CCT) da Secretaria Municipal de Ciências e Tecnologia de João Pessoa e dá outras providências."

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (SECITEC), no uso de suas atribuições legais previstas no Art. 66 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO as disposições contidas no Decreto Municipal nº 9.681/2021, de 16 de fevereiro de 2021, do Chefe do Poder Executivo Municipal de João Pessoa-PB, que promoveu a regulamentação do art. 42 da Lei Orgânica do Município e do art. 3º da Lei Municipal 12.150/2011, assim como pelas recomendações estabelecidas pela Controladoria Geral do Município, através do Ofício Circular GS/CGM nº 008/2021;

CONSIDERANDO a necessidade de cada órgão integrante da Administração Direta e Indireta da Prefeitura Municipal de João Pessoa deve, obrigatoriamente, criar a sua Comissão de Conformidade e Transparência (CCT), no âmbito desta administração pública, à Secretaria de Ciências e Tecnologias do Município de João Pessoa:

RESOLVE:

Art. 1º. Desconstituir a Comissão de Conformidade e Transparência concebida pela Resolução Nº01/2021, de 28 de abril de 2021.

Art. 2º. Constituir nova Comissão de Conformidade e Transparência da Secretaria de Ciências e Tecnologia do Município de João Pessoa, conforme Decreto Municipal nº 9.681/2021;

Art. 3º. Esta Comissão será composta pelos servidores abaixo, sob a presidência do primeiro e os demais serão considerados suplentes:

1. PATRÍCIA GONÇALVES PALITOT GADELHA, matrícula 1011946;
2. ALYSSON CICERO DA SILVA, matrícula 87800-6;
3. LAURIMAR FIRMINO DA SILVA, matrícula 96.525-1;
4. SILVIO JOSÉ ROSSI, matrícula 1065876.

Art. 4º. A Comissão, ora constituída, se orientará pelas disposições contidas no Decreto Municipal de nº 9.681/2021, de 16 de fevereiro de 2021, assim como pelas recomendações estabelecidas pela Controladoria Geral do Município, através do Ofício Circular GS/CGM nº 008/2021, de 25 de março de 2021;

Art. 5º. À Comissão, fica autorizada a possibilidade de criar rotinas operacionais tanto manuais quanto procedimentais a fim de melhorar o desempenho de suas atividades, conforme o estabelecido no art. 4º do Decreto Municipal nº 9.681/2021;

Art. 6º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Dê-se conhecimento aos nomeados sobre Comissão de Conformidade e Transparência, bem como aos demais órgãos envolvidos.

João Pessoa, 03 de abril de 2024.

Guido Lemos de Sousa Filho

Secretário Municipal De Ciências E Tecnologia



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: AD50-2792-FB38-31CA

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ PATRICIA GONCALVES PALITOT GADELHA (CPF 790.XXX.XXX-53) em 03/04/2024 14:34:06 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

✓ GUIDO LEMOS DE SOUSA FILHO (CPF 504.XXX.XXX-49) em 04/04/2024 10:04:49 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/AD50-2792-FB38-31CA>

TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA Nº 001/2024 QUE, ENTRE SI, CELEBRAM A SECRETARIA MUNICIPAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE JOÃO PESSOA E A AGÊNCIA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DE JOÃO PESSOA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.806.721/0001-03, com sede na cidade de João Pessoa, estado da Paraíba, na Rua Diógenes Chianca, 1777, Bairro Água Fria, João Pessoa-PB, CEP: 58.053-900, Entidade Governamental representada pela SECRETARIA MUNICIPAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, doravante denominada CONCEDENTE ou simplesmente SECITEC, neste ato representada pelo Sr. GUIDO LEMOS DE SOUSA FILHO, brasileiro, divorciado, ocupante do cargo de Secretário, inscrito no CPF sob nº 504.291.244-49, residente e domiciliado em João Pessoa, estado da Paraíba, e a AGÊNCIA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DE JOÃO PESSOA, doravante denominada CONVENIENTE ou simplesmente INOVATEC-JP, Serviço Social Autônomo, instituída pela Lei Municipal 14.821 de 22 de junho de 2023, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o número 48.702.129/0001-78, com sede no Evolution Business Center, sala 1105 – 11º andar, situado na Avenida Rio Grande do Sul, nº 1345, Bairro dos Estados, João Pessoa, Estado da Paraíba, CEP: 58.033-455, neste ato representado pelo seu Diretor-Presidente, Sr. EDVALDO VASCONCELOS VIEIRA ROCHA FILHO, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado em João Pessoa, CPF nº 096.271.134-92, com lastro no Contrato de Gestão nº 001/2023, firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA e a AGÊNCIA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DE JOÃO PESSOA, resolvem celebrar o presente CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA, sob nº 001/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objetivo deste Convênio é o estabelecimento de condições para a cooperação técnica e financeira entre a SECITEC e a INOVATEC-JP com vistas à execução do Programa Municipal de Apoio a Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação e Formação de Recursos Humanos 2024 – PMAPDI, vinculado à CONCEDENTE, voltado a contribuir para a consecução dos seus objetivos institucionais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO PLANO DE TRABALHO

O Plano de Trabalho, passível de aditamento, durante o transcurso do presente Instrumento, devidamente rubricado pelos participantes, integra e constitui parte indissociável deste Convênio, devendo conter os seguintes itens e metas e os seguintes descritores normativos:

- I. Identificação do objeto a ser executado;
- II. Metas a serem atingidas;
- III. Etapas ou fases da execução;
- IV. Previsão de início e fim da execução do objeto, bem como a conclusão das etapas ou fases programadas; cronograma de desembolso; e
- V. Plano de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA COOPERAÇÃO E FORMA DE EXECUÇÃO

As finalidades deste Convênio de Cooperação serão cumpridas mediante o desenvolvimento das metas e etapas propostas no respectivo Plano de Trabalho, devendo estar associadas aos Programas e/ou Projetos específicos a serem desenvolvidos em conjunto, ou isoladamente, observando o seguinte:

- I. Para a execução das atividades que perfazem o objeto deste Instrumento, os participantes comprometem-se a elaborar as respectivas diretrizes regulamentares, registrando os planos de trabalho e programações das atividades, que porventura venham a ser realizadas, em atas de reuniões.
- II. Caso haja a necessidade de formalização de instrumentos jurídicos diversos, a exemplo de contratos de prestação de serviços, os participantes se comprometem a proceder às respectivas formalizações, obedecendo às legislações vigentes.
- III. As partes concordam em celebrar o presente Convênio, reconhecendo a necessidade de flexibilidade e adaptação do plano de trabalho em resposta a novos aportes de crédito orçamentário que possam ocorrer durante a execução do projeto.
- IV. Caso haja a disponibilização de novos recursos financeiros oriundos de crédito orçamentário que possam impactar o escopo, os prazos, os recursos ou outros elementos essenciais do plano de trabalho, as partes concordam em realizar uma análise conjunta para determinar os impactos dos novos aportes de crédito orçamentário no plano de trabalho existente.
- V. Quaisquer alterações acordadas no plano de trabalho, como resultado dos novos aportes de crédito orçamentário, serão documentadas em um aditamento contratual ou emendas ao Convênio, de acordo com os procedimentos previamente estabelecidos pelas partes.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E DOS RECURSOS FINANCEIROS

Para a execução do objeto deste Convênio, dá-se o valor total de R\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais), cujo montante será repassado à INOVATEC-JP de acordo com o disposto no Plano de Trabalho, instrumento integrante e indissociável deste Termo, por meio das reservas orçamentárias abaixo discriminadas:

Classificação Orçamentária	Fonte de Recursos	Elemento de Despesas
27.101.19.126.5277.277008	1.5.00	3.3.50.85
27.101.19.126.5277.277009		
27.101.19.126.5277.277012		
27.101.19.126.5277.277013		

CLÁUSULA QUINTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros de responsabilidade da CONCEDENTE (SECITEC) serão repassados à CONVENIENTE (INOVATEC-JP) em conformidade com o estabelecido na CLÁUSULA QUARTA deste Instrumento e de acordo do disposto no cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - Esses recursos serão transferidos para conta bancária específica, aberta pela CONVENIENTE, no Banco Regional de Brasília S/A, e informado à CONCEDENTE quando da solicitação.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - Os recursos serão liberados em um único empenho, destinando-se 10% para a Despesa Operacional Administrativa (DOA) e os 90% para o total do projeto.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

O presente Convênio deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação aplicável.

SUBCLÁUSULA ÚNICA – É vedado à CONVENIENTE, sob pena de rescisão deste Termo:

- I. Utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos em finalidade diversa da estabelecida neste instrumento;
- II. Realizar despesas em data anterior à vigência do convênio;
- III. Executar pagamento em data posterior à vigência deste Instrumento, salvo se o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência deste convênio;
- IV. Realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora de prazo, exceto no que se refere às multas e aos juros, se decorrentes na transferência de recursos pela SECITEC, e desde que os prazos para o pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;
- V. Realizar despesas a título de administração de gerência ou similar;
- VI. Realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no plano de trabalho;
- VII. Celebrar contratos, convênios ou outros tipos de parceria com entidade impedidas de receber recursos municipais;
- VIII. Subdelegar as obrigações assumidas por meio do presente Convênio, salvo se permitida neste instrumento ou em norma correlata, bem como se houver anuência expressa da órgão/entidade.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA COORDENAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO

A coordenação deste Convênio ficará sob a responsabilidade do Servidor da SECITEC, Sr. Dênio Mariz Timóteo de Sousa, matrícula 1027541, e pela INOVATEC-JP, sob a responsabilidade do Sr. Edvaldo Vasconcelos Vieira da Rocha Filho.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES

Sem prejuízo das demais cominações legais, constituem compromisso dos partícipes:

Compete à **CONCEDENTE**:

- A. Executar as atividades de sua responsabilidade, previstas no Plano de Trabalho, observando os padrões vigentes e prazos fixados;
- B. Designar um representante para realizar o acompanhamento e a interlocução das ações propostas entre as partes, visando à execução do presente CONVÊNIO, bem como propor soluções a questões técnicas e administrativas, que eventualmente ocorram;
- C. Realizar repasse dos recursos financeiros à INOVATEC-JP, conforme normas estabelecidas em suas CLÁUSULAS QUARTA e QUINTA;
- D. Assegurar e repassar, em tempo hábil, os recursos materiais e financeiros necessários à execução das atividades do Programa, conforme especificado no Plano de Trabalho;
- E. Administrar, operacionalizar, acompanhar e avaliar permanentemente o desempenho de todas as atividades relativas à execução do objeto deste Instrumento;
- F. Promover avaliação dos resultados obtidos.

Compete à **CONVENIENTE**:

- A. Movimentar os recursos financeiros de que trata este Termo de Convênio em conta bancária específica, inclusive os resultantes de eventual aplicação no mercado financeiro se houver, aplicando-os, na conformidade do Plano de Trabalho e, exclusivamente, relativas à execução das despesas;
- B. Prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Convênio;
- C. Não utilizar os recursos em finalidade diversa daquela estabelecida neste Convênio;
- D. Dar apoio técnico ao desenvolvimento das ações a serem implementadas, no que se refere à realização e acompanhamento de resultados, envolvendo gestores de projetos e pessoal técnico competente;
- E. Executar e fiscalizar o objeto pactuado, de acordo com o Plano de Trabalho aceito pela CONCEDENTE, adotando as medidas necessárias à correta execução deste Convênio;
- F. Manter os documentos relacionados a este Instrumento pelo prazo de 10 (dez) anos, contados a partir da data em que foi apresentada a prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas;
- G. Manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução deste Convênio, para fins de fiscalização, acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos;
- H. Manter a CONCEDENTE informada sobre situações que eventualmente possam dificultar ou interromper o curso normal da execução do Termo e prestar informações, a qualquer tempo,

sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o acompanhamento e avaliação do processo;

- I. Instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do contrato ou gestão financeira do convênio, comunicando tal fato à CONCEDENTE;
- J. Apresentar relatórios de execução físico-financeira.

CLÁUSULA NONA - DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

Os direitos de propriedade intelectual advindos de toda e qualquer ação de cooperação prevista neste Convênio serão de titularidade compartilhada entre as Partes ou de outra forma entre elas acordada, em instrumento jurídico específico ulterior.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA AÇÃO PROMOCIONAL

Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do presente Instrumento será obrigatoriamente destacada a participação da Prefeitura Municipal de João Pessoa/SECITEC e da INOVATEC-JP.

SUBCLÁUSULA ÚNICA – Fica vedado aos partícipes utilizar, nas atividades resultantes do Programa, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

Para a consecução do objeto estabelecido na Cláusula Primeira deste Instrumento, a CONCEDENTE se reserva ao direito de acompanhar e fiscalizar as metas e o objetivo deste Instrumento, ficando designada como Fiscal a servidora da SECITEC, Sra. Jaqueline Donin Noleto, matrícula 1068093.

SUBCLÁUSULA ÚNICA – A Fiscal do Convênio anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução das metas e objetivos deste Instrumento, determinando o que for necessário para a regularização dos defeitos observados, comunicando à INOVATEC-JP, em tempo hábil, as medidas convenientes a serem adotadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

Este Convênio poderá ser alterado por termo aditivo mediante proposta da CONVENIENTE, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à CONCEDENTE para análise e decisão, no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias antes do término da vigência, vedada a alteração do objeto aprovado.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – Nos eventuais ajustes realizados durante a execução do objeto, deverá a CONVENIENTE demonstrar a respectiva necessidade e os benefícios que se pretende agregar ao Programa, cuja justificativa, uma vez aprovada pela autoridade competente da CONCEDENTE, integrará o Plano de Trabalho.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – No caso de aumento de metas, a proposta deverá ser acompanhada dos respectivos ajustes no Plano de Trabalho, de orçamentos detalhados e de relatórios que demonstrem a regular execução das metas, etapas e fases já pactuadas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS RECURSOS FINANCEIROS

A CONVENIENTE estará sujeita a prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos financeiros provenientes deste Convênio.

SUBCLÁUSULA ÚNICA – A prestação de contas dos recursos financeiros de que trata o *caput* consiste no procedimento de acompanhamento sistemático da conformidade financeira, considerando o início e o fim da vigência do presente instrumento, devendo o registro e a verificação da conformidade financeira ser realizados durante todo o período de execução deste Instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Quando da conclusão do objeto pactuado, da denúncia, da rescisão ou da extinção deste Convênio, a INOVATEC-JP, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de Tomada de Contas Especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da CONCEDENTE, obriga-se a recolher à conta, em favor da CONCEDENTE:

- I. O eventual saldo remanescente dos recursos financeiros, inclusive o proveniente das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas e não utilizadas no objeto pactuado;
- II. O valor total transferido pela CONCEDENTE, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável, a partir da data de recebimento, nos seguintes casos:
 - a) Quando não for executado o objeto deste Convênio, excetuada a hipótese em que não tenha havido qualquer execução física, nem utilização dos recursos, caso em que não haverá incidência de juros de mora, sem prejuízo da restituição das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas;
 - b) Quando não for apresentada a prestação de contas no prazo fixado neste Instrumento;
 - c) Quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Convênio;
 - d) O valor correspondente às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – A devolução prevista nesta Cláusula será realizada com observância da proporcionalidade dos recursos transferidos pela CONCEDENTE, independente da época em que foram aportados.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - A inobservância ao disposto nesta Cláusula enseja a instauração e Tomada de Contas Especial, a adoção de outras medidas administrativas ao alcance da autoridade administrativa ou ainda requerer ao órgão jurídico pertinente as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, com vistas à obtenção do ressarcimento do débito apurado.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - Nos casos em que a devolução de recursos financeiros se der em função da não execução do objeto pactuado ou devido à extinção ou rescisão do Instrumento, é obrigatória a divulgação em sítio eletrônico institucional, pela CONCEDENTE e CONVENIENTE, das informações referentes aos valores devolvidos e dos motivos que deram causa à referida devolução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O presente Instrumento terá vigência de 02 (dois) anos, a partir da data de sua publicação, podendo ser renovado na forma da legislação vigente.

Assinado por 1 pessoa: GUIDO LEMOS DE SOUSA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://joaopessoa1.doc.com.br/verificacao/5385-DE-1A-7C2B-520F e informe o código 5385-DE-1A-7C2B-520F

D

Assinado por 1 pessoa: GUIDO LEMOS DE SOUSA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://joaopessoa1.doc.com.br/verificacao/5385-DE-1A-7C2B-520F e informe o código 5385-DE-1A-7C2B-520F

D

Assinado por 1 pessoa: GUIDO LEMOS DE SOUSA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://joaopessoa1.doc.com.br/verificacao/5385-DE-1A-7C2B-520F e informe o código 5385-DE-1A-7C2B-520F

D

Assinado por 1 pessoa: GUIDO LEMOS DE SOUSA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://joaopessoa1.doc.com.br/verificacao/5385-DE-1A-7C2B-520F e informe o código 5385-DE-1A-7C2B-520F

D

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – A prestação de contas técnica consiste no procedimento de análise dos elementos que comprovam, sob os aspectos técnicos, a execução integral do objeto e o alcance dos resultados previstos nos instrumentos.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – A prestação de contas final deverá ser apresentada no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do término de sua vigência ou da conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro, e será composta, além dos documentos e informações prestadas pela INOVATEC-JP, pelo seguinte:

- I. Relatório de cumprimento do objeto, que deverá conter os subsídios necessários para a avaliação e manifestação do gestor quanto à efetiva conclusão do objeto pactuado;
- II. Declaração de realização dos objetivos a que se propunha o Convênio;
- III. Comprovante de recolhimento do saldo de recursos financeiros, quando houver;
- IV. Termo de compromisso por meio do qual a INOVATEC-JP se obriga a manter os documentos relacionados ao Convênio, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data em que foi apresentada a prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA – Quando a prestação de contas não for enviada no prazo estabelecido neste Instrumento, a CONCEDENTE estabelecerá o prazo adicional de 45 (quarenta e cinco) dias para sua apresentação.

SUBCLÁUSULA QUARTA – A CONCEDENTE informará o recebimento da prestação de contas, cuja análise:

- I. Para avaliação do cumprimento do objeto, será feita no encerramento do Instrumento, com base nas informações contidas nos documentos relacionados nos incisos da Subcláusula Segunda desta Cláusula;
- II. Para avaliação da conformidade financeira, será feita durante o período de vigência do instrumento, devendo constar do parecer final de análise da prestação de contas, somente impropriedades ou irregularidades não sanadas até a finalização do documento conclusivo.

SUBCLÁUSULA QUINTA – A análise da prestação de contas, além do ateste da conclusão da execução do objeto, conterá os apontamentos relativos à execução financeira não sanados durante o período de vigência do Convênio.

SUBCLÁUSULA SEXTA – Antes da tomada da decisão final, caso seja constatada qualquer irregularidade na prestação de contas ou na comprovação de resultados, a CONCEDENTE notificará a CONVENIENTE para sanar a irregularidade no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias.

SUBCLÁUSULA SÉTIMA – A CONCEDENTE terá o prazo de um ano, prorrogável por igual período mediante justificativa, contando da data do recebimento, para analisar conclusivamente a prestação de conta, com fundamento no parecer técnico expedido pelas áreas competentes.

SUBCLÁUSULA OITAVA – A análise da prestação de contas pela CONCEDENTE poderá resultar em:

- I. Aprovação;
- II. Aprovação com ressalvas, quando evidenciada improbidade ou outra falta de natureza formal de que não resulte dano ao erário; ou
- III. Rejeição, com a determinação da imediata instauração de Tomada de Contas Especial, caso sejam exauridas as providências cabíveis para regularização da pendência ou reparação do dano.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser rescindido, independentemente do instrumento de sua formalização ou por interpretação judicial ou extrajudicial, pela inobservância de quaisquer de suas Cláusulas ou condições pactuadas, ou pela superveniência de norma legal ou eventos que o tornem material e formalmente inexecutável, ou ainda, pela denúncia de um dos participantes, mediante prévia e expressa notificação, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ficando as partes responsáveis pelas obrigações decorrentes do tempo de vigência e creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

Para a solução de quaisquer controvérsias porventura oriundas da execução deste Convênio, em relação às quais não for possível uma composição amigável, as partes elegem o FORO da Justiça Estadual da Paraíba, em João Pessoa, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Estando assim justas e acordadas, celebram o presente Convênio em 03 (três) vias de igual teor, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo, nomeadas e subscritas.

João Pessoa – PB, 25 de março de 2024.

*Substituí o publicado no diário 486/2024.

PELA SECITEC:

GUIDO LEMOS DE SOUZA FILHO
Secretário Municipal de Ciência e Tecnologia

PELA INOVATEC-JP:

EDVALDO VASCONCELOS VIEIRA ROCHA FILHO
Diretor-Presidente



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 53B5-6E1A-7C2B-520F

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **GUIDO LEMOS DE SOUZA FILHO** (CPF 504.XXX.XXX-49) em 05/04/2024 10:33:01 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/53B5-6E1A-7C2B-520F>

UEP

PORTARIA Nº 12/2024-CG/UEP/SEGGOV

João Pessoa, 04 de abril de 2024.

CONSTITUI COMISSÃO TÉCNICA RESPONSÁVEL PELA REALIZAÇÃO DA PROVA DE CONCEITO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 71005/2023, referente à Aquisição de Solução Integrada de Gestão Tributária para o Município de João Pessoa - no âmbito do Programa João Pessoa Sustentável.

O COORDENADOR GERAL DA UNIDADE EXECUTORA DO PROGRAMA JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL, no exercício das competências que lhe foram conferidas pela Lei Municipal nº 13.676/2018, e considerando a necessidade de análise técnica por equipe qualificada, resolve:

Art. 1º - Instituir, no âmbito da Unidade Executora do Programa João Pessoa Sustentável do Município de João Pessoa, a Comissão Técnica da Avaliação da Prova de Conceito de Pregão Eletrônico nº 71005/2023, referente à Aquisição de Solução Integrada de Gestão Tributária para o Município de João Pessoa - no âmbito do Programa João Pessoa Sustentável, em cumprimento à Política de Aquisição GN's-2350-15 e 2349-15, instituída pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

Art. 2º - A presente Comissão será composta pelos servidores abaixo discriminados:

- I - Adenilson de Oliveira Ferreira, matrícula: 34.325-1;
- II - Alexandre Augusto Romão de Souza, matrícula: 88.500-2;
- III - Antonio Aldrin da Silva Myra, matrícula: 34.317-0;
- IV - Volmar Miranda Filho, matrícula: 34.299-8;
- V - Mayra Andrade Marinho - matrícula: 949451

Art. 3º - A Comissão Técnica ora constituída tem por escopo realizar a Prova de Conceito objetivando verificar o atendimento dos requisitos da Solução de Software ofertada, bem como avaliar seu desempenho e a sua aderência aos requisitos exigidos, conforme procedimento definido no Termo de Referência. Estão compreendidas nas atribuições da Comissão Técnica, dentre outras, a análise da documentação da solução ofertada pela licitante, conforme item 8.3 do Termo de Referência, a utilização e validação da versão de avaliação pela Licitante, a condução e a efetiva realização a Prova de Conceito, conforme estabelecido no Termo de Referência.

Parágrafo Único - Para o cumprimento do estabelecido no caput, a comissão técnica deverá analisar a documentação apresentada, atribuir pontos, solicitar e realizar diligências, checagens e verificações, bem como conduzir todo procedimento de avaliação, realizando os testes necessários para comprovar o atendimento dos requisitos, registrando as evidências dos resultados em artefatos específicos e tudo o que for necessário para atestar o cumprimento dos critérios estabelecidos no termo de referência e demais documentos técnicos aplicáveis, sem prejuízo da verificação das salvaguardas, critérios e exigências estabelecidos pelo BID e pela legislação aplicável.

Art. 4º - Esta portaria produz efeitos a partir da data em que foi expedida.

Vitor Cavalcante de Sousa Valério

Coordenador Executivo da Unidade Executora do Programa João Pessoa Sustentável



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: DCEF-AC3E-B266-5A44

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **VITOR CAVALCANTE DE SOUSA VALÉRIO** (CPF 059.XXX.XXX-57) em 04/04/2024 12:20:55 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/DCEF-AC3E-B266-5A44>

EMLUR

PORTARIA Nº 033/2024

O SUPERINTENDENTE DA AUTARQUIA ESPECIAL MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - EMLUR, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos Artigos 8º e 34, Parágrafo Único, do Decreto nº 2.242, de 10 de fevereiro de 1992, combinado com a Lei Municipal 10.429/2005, resolve

NOMEAR TATIANE FARIAS DA NÓBREGA para exercer em Comissão o Cargo de Assessor de Modernização e Gestão, Símbolo DAS-1 do Quadro de servidores desta Autarquia.

Os efeitos administrativos e financeiros desta Portaria retroagem a 01 de Abril de 2024.

EMLUR – Autarquia Especial Municipal de Limpeza Urbana, em 04 de Abril de 2024.

Dê-se conhecimento.

Ricardo José Veloso
Superintendente



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: E600-073F-4164-1F80

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ RICARDO JOSE VELOSO (CPF 007.XXX.XXX-07) em 04/04/2024 13:58:08 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/E600-073F-4164-1F80>

PORTARIA Nº 034/2024

O SUPERINTENDENTE DA AUTARQUIA ESPECIAL MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - EMLUR, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos Artigos 8º e 34, Parágrafo Único, do Decreto nº 2.242, de 10 de fevereiro de 1992, combinado com a Lei Municipal 10.429/2005, resolve

NOMEAR RENATA GERMANO DA SILVA para exercer em Comissão o Cargo de Assessor de Modernização e Gestão, Símbolo DAS-1 do Quadro de servidores desta Autarquia.

Os efeitos administrativos e financeiros desta Portaria retroagem a 01 de Abril de 2024.

EMLUR – Autarquia Especial Municipal de Limpeza Urbana, em 04 de Abril de 2024.

Dê-se conhecimento.

Ricardo José Veloso
Superintendente

Assinado por 1 pessoa: RICARDO JOSE VELOSO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/E600-073F-4164-1F80 e informe o código E600-073F-4164-1F80



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 6D6F-21E7-CE67-7609

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ RICARDO JOSE VELOSO (CPF 007.XXX.XXX-07) em 04/04/2024 14:06:46 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/6D6F-21E7-CE67-7609>

FUNJOPE

PORTARIA Nº 37/2024

Em, 04 de abril de 2024.

O **Diretor Executivo** da Fundação Cultural de João Pessoa - FUNJOPE, no uso das atribuições previstas na Lei nº 7.852 de 24 de agosto de 1995 e o Decreto nº 2.897 de 02 de outubro de 1995 e de acordo com a Lei Municipal nº 10.429, de 14 de fevereiro de 2005 e modificações posteriores.

RESOLVE:

I. Exonerar **DENILCE REGINA FÉLIX DE FREITAS** do cargo em comissão, símbolo DAI-1, de ASSESSOR TÉCNICO da Fundação Cultural de João Pessoa – FUNJOPE.

II. Esta portaria retroage seus efeitos para o dia 01 de abril de 2024.

Antônio Marcus Alves de Souza
Diretor Executivo

PORTARIA Nº 38/2024

Em, 04 de abril de 2024.

O **Diretor Executivo** da Fundação Cultural de João Pessoa - FUNJOPE, no uso das atribuições previstas na Lei nº 7.852 de 24 de agosto de 1995 e o Decreto nº 2.897 de 02 de outubro de 1995 e de acordo com a Lei Municipal nº 10.429, de 14 de fevereiro de 2005 e modificações posteriores.

RESOLVE:

I. Nomear **RICARDO DA SILVA ALMEIDA** para o cargo em comissão, símbolo DAI-1, de ASSESSOR TÉCNICO da Fundação Cultural de João Pessoa – FUNJOPE.

II. Esta portaria retroage seus efeitos para o dia 01 de abril de 2024.

Antônio Marcus Alves de Souza
Diretor Executivo

Assinado por 1 pessoa: ANTONIO MARCUS ALVES DE SOUZA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/CFE3-178B-CE6E-0514 e informe o código CFE3-178B-CE6E-0514



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: CFE2-17BB-CE0E-D514

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ ANTÔNIO MARCUS ALVES DE SOUZA (CPF 549.XXX.XXX-68) em 04/04/2024 12:14:07 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/CFE2-17BB-CE0E-D514>

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato n.º 06-290/2024.
Objeto: Aquisição de material permanente, para atender as necessidades da Secretaria de Meio Ambiente - SEMAM.
Partes: Prefeitura Municipal de João Pessoa e a empresa Canapu Comercio de Distribuição LTDA.
Processo: 1.725/2023- 1/DOC
Modalidade: P. E. Nº 06-059/2023 ARP nº 162/2023.
Signatários: Secretário, o Sr. Welison Araújo Silveira, o Sr. Carlos Wilson Guedes Chaves, representante legal da empresa Canapu Comercio de Distribuição LTDA.
Vigência: 05/04/2024 a 04/04/2025.
Valor Total: R\$ 290,00 (Duzentos e noventa reais).

Dotação Orçamentária	FR	Elemento de Despesa
12.101.18.122.5001.122535		
12.101.18.541.5366.124155	1.5.00	44.90.52
12.101.18.541.5303.122803		

Data da assinatura: 04/04/2024

João Pessoa, 04 de Abril de 2024.

Ariosvaldo de Andrade Alves
Secretário de Administração

EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato n.º 06-323/2024.
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de agenciamento de viagens, para atender as necessidades da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC.
Partes: Prefeitura Municipal de João Pessoa e a empresa Ararauna Turismo Ecológico LTDA
Processo: 5.345/2023 1 DOC
Modalidade: P. E. Nº 06-057/2023 ARP nº 124/2023.
Signatários: Coordenador, o Sr. Jailton Gomes Bezerra, o Sr. Selmo Rodrigues De Moraes, representante legal da empresa Ararauna Turismo Ecológico LTDA.
Vigência: 05/04/2024 a 04/04/2025.
Valor Total estimado: R\$ 37.045,20 (Trinta e sete mil e quarenta e cinco reais e vinte centavos).

Dotação Orçamentária	FR	Elemento de Despesa
30.101.04.122.5001.304389		
30.101.06.182.5066.304503	1.5.00	33.90.33
30.101.06.182.5065.304504		

Data da assinatura: 03/04/2024

João Pessoa, 04 de Abril de 2024.

Ariosvaldo de Andrade Alves
Secretário de Administração

EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato n.º 06-333/2024.
Objeto: Aquisição de material de proteção e segurança – 2023, para atender as necessidades da Autarquia Especial Municipal de Limpeza Urbana - EMLUR.
Partes: Prefeitura Municipal de João Pessoa e a empresa RDVA Comercio e Serviços LTDA.
Processo: 772/2023
Modalidade: P. E. Nº 06-002/2024 ARP nº 017/2024.
Signatários: Superintendente, o Sr. Ricardo José Veloso, e o Sr. Reginaldo da Silva Galdino Junior, representante legal da empresa RDVA Comercio e Serviços LTDA.
Vigência: 05/04/2024 a 04/04/2025.
Valor Total: R\$ 136.789,03 (Cento e trinta e seis mil e setecentos e oitenta e nove reais e três centavos).

Dotação Orçamentária	FR	Elemento de Despesa
71.201.15.452.5126.582179	1.5.00 1.5.01	33.90.30

Data da assinatura: 04/04/2024

João Pessoa, 04 de Abril de 2024.

Ariosvaldo de Andrade Alves
Secretário de Administração

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Instrumento: Termo aditivo nº 01 ao Contrato n.º 06-472/2023.
Objeto: Prorrogação por 12 (doze) meses com aditivo de 25% (vinte e cinco por cento) - Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de agenciamento de viagens, para atender as necessidades do PROCON.
Partes: Prefeitura Municipal de João Pessoa e a empresa Ararauna Turismo Ecológico Ltda EPP.
Processo: 21.551/2022
Modalidade: Adesão 06-006/2023 - P. E. Nº 06-034/2022 ARP nº 045/2022.
Signatários: Secretário Municipal de Defesa e Proteção do Consumidor – PROCON, o Sr. Rougger Xavier Guerra Junior, e o Sr. Selmo Rodrigues de Moraes, representante legal da empresa Ararauna Turismo Ecológico Ltda EPP.
Vigência: 08/05/2024 a 07/05/2025.
Valor Médio Estimado de 25%: R\$ 18.935,30 (dezoito mil novecentos e trinta e cinco reais e trinta centavos)
Valor Total: R\$ 94.676,50 (noventa e quatro mil seiscentos e setenta e seis reais e cinquenta centavos).

Dotação Orçamentária	FR	Elemento de Despesa
31.301.14.422.5030.572093	1.7.59	33.90.33

Data da assinatura: 27/03/2024

João Pessoa, 04 de Abril de 2024.

Ariosvaldo de Andrade Alves
Secretário de Administração

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: C966-7B87-F715-2BC6

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ ROBERTO NAVES DE OLIVEIRA (CPF 267.XXX.XXX-34) em 04/04/2024 18:37:26 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

✓ ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES (CPF 007.XXX.XXX-05) em 04/04/2024 19:21:06 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/C966-7B87-F715-2BC6>

EXTRATO Nº. 310/2024 DO TERMO ADITIVO Nº. 001/2024 AO CONTRATO Nº. 10.566/2023 PARA ALTERAR A(S) CLÁUSULA(S) 3 e 4 REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO E FORNECIMENTO DE GASES MEDICINAIS, ATRAVÉS DE TANQUE DE CRIOGÊNICO ESTACIONÁRIO DE O2 LÍQUIDO; AR COMPRIMIDO MEDICINAL POR COMPRESSORES E CILINDROS; DA REDE HOSPITALAR E DEMAIS UNIDADES DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, E LOCAVEL BUS TRANSPORTES E FRETAMENTO LTDA, ENTIDADE CONTRATADA EM VIRTUDE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 13.099/2022

Processo Administrativo nº. 3.537/2024

OBJETIVO: Alteração da (s) cláusula (s) 3 e 4:

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1 A Contratante pagará à Contratada o valor global de R\$ 6.624,00 (seis mil seiscientos e vinte e quatro reais), correspondente à execução do objeto do presente contrato e ao acréscimo de vinte e um vírgula trinta e dois por cento, conforme o Anexo do contrato, correspondente à contratação do objeto do presente contrato.

3.2 O valor do acréscimo de 21,32% sobre o valor global do contrato, nos termos da Lei nº. 8.666/93, foi de R\$ 1.164,00 (mil cento e sessenta e quatro reais).

CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. Os recursos financeiros necessários para o custeio do Contrato são os seguintes:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 13301 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

SUBAÇÃO 464499MAC - AÇÕES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MANTER E IMPLEMENTAR OS SERVIÇOS DE MÉDIA E AL

FONTE RECURSO 1.6.00.010000 TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

NATUREZA DESPESA 33.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

As demais Cláusulas do Contrato permanecem inalteráveis.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO (A): ALEXSANDRO SANTOS DA SILVA LTDA

DATA DA ASSINATURA: 04 DE ABRIL DE 2024

LUIS FERREIRA DE SOUSA FILHO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE/PMJP



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 3A97-46E8-3C62-4EBB

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ LUIS FERREIRA DE SOUSA FILHO (CPF 048.XXX.XXX-89) em 27/03/2024 11:22:14 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/3A97-46E8-3C62-4EBB>

EXTRATO Nº. 357/2024

PROCESSO Nº. 2.541/2024

CHAVE CGM: 6B8F-XYOI-G92H-UVFU

O Fundo Municipal de Saúde do Município de João Pessoa, como Contratante, torna público, na forma da Lei Federal nº. 13.979/2020 e suas alterações posteriores **TERMO DE CONTRATO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS ORIGINAIS, EM EQUIPAMENTOS DE CME, PERTENCENTES AOS ESTABELECIMENTOS ASSISTENCIAIS DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOÃO PESSOA**, firmado para atender as finalidades precípua da Administração, **terá vigência de 12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93, **com vigência a partir da assinatura** e eficácia legal após a sua publicação na Imprensa Oficial, desde que seja comprovada a eficiência e a vantagem quanto aos preços e condições praticadas, relativos à **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 13.086/2023**, nos Recursos Financeiros e na seguinte dotação orçamentária:

-UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 13301 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
-SUBAÇÃO 464498 MAC - REDE HOSPITALAR - MANTER E IMPLEMENTAR OS SERVIÇOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

-FONTE RECURSO 1.6.00.010000 TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇO
-NATUREZA DESPESA 33.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

CONTRATO	NOME	VALOR	DATA
10.724/2024	VIA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA – EPP	R\$ 31.179,96 (trinta e um mil, cento e setenta e nove reais e noventa e seis centavos).	04 DE ABRIL DE 2024

LUIS FERREIRA DE SOUSA FILHO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE/PMJP



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 6855-3C94-D664-9916

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ LUIS FERREIRA DE SOUSA FILHO (CPF 048.XXX.XXX-89) em 07/03/2024 14:35:00 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/6855-3C94-D664-9916>

EXTRATO Nº. 424/2024

PROCESSO Nº 21.991/2023

CHAVE CGM: FR5F-32O1-AG7X-YFGQ

O Fundo Municipal de Saúde do Município de João Pessoa, como Contratante, torna público, na forma da Lei Federal nº. 13.979/2020 e suas alterações posteriores **TERMO DE CONTRATO PARA CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO – CER IV – 1ª ETAPA, LOCALIZADA NA RUA BANCÁRIO WALDEMAR DE MESQUITA ACCIOLY**, firmada para atender as finalidades precípua da Administração, terá vigência por 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a ser contado a partir da assinatura do contrato, com eficácia legal após a publicação do seu extrato na Imprensa Oficial, podendo ser prorrogado para efetiva conclusão do objeto contratual, nos termos do art. 57, II da Lei nº. 8.666/1993 e o prazo de execução dos serviços será de 300 (Trezentos) dias, a partir da assinatura da Ordem de Serviço – O.S., conforme cronograma físico/financeiro. Poderá ser estendido observando-se os limites legais de acordo com a justificativa a ser avaliada pela fiscalização. O prazo de vigência do contrato será de 559 (Quinhentos e Cinquenta e nove) dias, contados a partir de sua assinatura, e eficácia legal após a publicação do seu extrato da Imprensa Oficial, relativos à **Concorrência Pública Nº. 13.005/2023**, nos Recursos Financeiros e na seguinte dotação orçamentária:

-UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 13301 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
-SUBAÇÃO 461484 INV - HOSPITALAR E AMBULATORIAL - CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENT
-FONTE RECURSO 1.5.00.011002 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 011002
-NATUREZA DESPESA 44.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

-UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 13301 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
-SUBAÇÃO 461484 INV - HOSPITALAR E AMBULATORIAL - CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENT
-FONTE RECURSO 1.6.01.010000 TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇO
-NATUREZA DESPESA 44.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

CONTRATO	NOME	VALOR	DATA
10.769/2024	SALINAS EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA	R\$ 7.759.604,50 (sete milhões setecentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e quatro reais e cinquenta centavos)	05 DE ABRIL DE 2024

LUIS FERREIRA DE SOUSA FILHO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE/PMJP

Assinado por 1 pessoa: LUIS FERREIRA DE SOUSA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/3A97-46E8-3C62-4EBB> e informe o código 3A97-46E8-3C62-4EBB



Assinado por 1 pessoa: LUIS FERREIRA DE SOUSA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/6855-3C94-D664-9916> e informe o código 6855-3C94-D664-9916





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: EB53-F061-D04A-74EA

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ LUÍS FERREIRA DE SOUSA FILHO (CPF 048.XXX.XXX-89) em 05/04/2024 15:01:30 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/EB53-F061-D04A-74EA>

EXTRATO Nº 004/2024 CONTRATO Nº 004/2024 – SETUR
TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 15.004/2024

ORIGEM: Memorando interno nº 37.474/2024

OBJETO: O "Agente Tá ON" são eventos voltados para capacitação dos principais agentes de viagens da carteira de clientes da Azul Viagens em território nacional. - TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 15.004/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA – SETUR

CONTRATADO: AZUL VIAGENS - ATS VIAGENS E TURISMO LTDA, CNPJ : 26.203.213/0001-04

VALOR: R\$ 75.000,00 (SETENTA E CINCO MIL REAIS).

VIGÊNCIA: 11/03/2024 A 31/12/2024

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA UNIDADE GESTORA:

15103 154151 – PARTICIPAÇÃO EM FEIRAS COMERCIAIS DO SETOR TURÍSTICO, CONGRESSOS PROFISSIONAIS E EVENTOS TURÍSTICOS.

ELEMENTO DE DESPESAS: 33.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

DATA DA ASSINATURA: 19 DE MARÇO DE 2024

Daniel Rodrigues de Lacerda
Secretário Municipal de Turismo 95.045-9

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Licitatório Nº 27.641/2023 Pregão Eletrônico Nº 62.045/2023

OBJETO: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE MATÉRIA PRIMA E EMBALAGENS PARA O INSTITUTO CÂNDIDA VARGAS.

O Diretor Geral juntamente com o Diretor Administrativo e Financeiro do Instituto Cândida Vargas, de acordo com as atribuições que lhes foram conferidas, em conformidade com o resultado do Pregão Eletrônico nº 62.045/2023, devidamente homologado, RESOLVE, nos termos da Lei nº 8.666/1993, do Decreto Federal nº 7.892/2013, e do Decreto Municipal nº 7.884/2013 e das demais normas legais aplicáveis, tornar público os Extratos da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS do objeto do presente Pregão:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 62.062/2024
BRITMED MATERIAL MEDICO E HOSPITALAR LTDA
CNPJ sob o nº 41.856.036/0001-59

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	Valor	
					Vir. Unit.	Vir. Total
04	13.300	L	Alcool 96 º Aspecto físico: líquido, fórmula química: c2h6o, peso molecular: 46,07 g/mol, grau de pureza: pureza mínima de 96%, número de referência química: ccs04-17-5	PRÓPRIO (BRIT/NACIONAL)	11,90	158.270,00
TOTAL						R\$ 158.270,00

João Pessoa, 04 de Abril de 2024.

QUINTINO REGIS DE BRITO NETO
Diretor Geral do ICV

MARCELO MELO RODRIGUES
Diretor Administrativo e Financeiro do ICV



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: BB16-9FC3-C66B-6E2F

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ MARCELO MELO RODRIGUES (CPF 034.XXX.XXX-47) em 04/04/2024 10:15:17 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

✓ QUINTINO REGIS DE BRITO NETO (CPF 072.XXX.XXX-34) em 05/04/2024 07:54:51 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/BB16-9FC3-C66B-6E2F>

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 004/2024
TERMO DE FOMENTO Nº 010/2023
Processo Administrativo: 8.841/2023

Administração Pública: Fundação Cultural de João Pessoa - FUNJOPE, CNPJ nº 01.072.474/0001-01, **OSC:** Associação Crista Esperança e Vida - ACEV, CNPJ nº 04.900.513/0001-00.

Objeto: " Liberação de Emenda Impositiva n. 18/2022 – Formalização da relação de parceria, em regime de mútua cooperação entre a FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOÃO PESSOA - FUNJOPE e a O.S.C. ASSOCIAÇÃO CRISTÃ ESPERANÇA E VIDA - ACEV, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução do programa de atividades estabelecido no Plano de Trabalho, de relevância pública e social, que rubricado pelas partes.

Valor Total: R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais), a cargo desta concedente. A liberação do recurso financeiro se dará em parcela única, à conta da **dotação orçamentária** 13.392.5474.2.443 – Investimentos a Cultura na Conta de Convênios, no **elemento de despesa** 3.3.50.43 – Subvenções Sociais em estrita conformidade com o Cronograma de Desembolso, o qual guardará consonância com as metas da parceria, ficando a liberação condicionada, ainda, ao cumprimento dos requisitos previstos no art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014, art. 33 do Decreto nº 8.726, de 2016 e no art. 50 do Decreto Municipal nº 9.905, de 2017.

Vigência: 26/03 a 30/10/2024, **Data de Assinatura:** Datado e assinado eletronicamente.

Signatários: Administração Pública: ANTONIO MARCUS ALVES DE SOUZA Diretor Executivo da FUNJOPE, CPF nº ***.331.***-**, **OSC:** ESTEVAM FERNANDES DE OLIVEIRA, Presidente da Associação Crista Esperança e Vida - ACEV, CPF nº ***.330.***-**

Praça Cel. Antônio Pessoa, 09 – Tambiá
João Pessoa / PB – Brasil - CEP 58020-520
e-mail: pconveniofunjope@gmail.com
FONE 83.3213.4401



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: B6EF-DDD8-D8E0-3ADA

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ ANTÔNIO MARCUS ALVES DE SOUZA (CPF 549.XXX.XXX-68) em 04/04/2024 12:16:48 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/B6EF-DDD8-D8E0-3ADA>

AVISO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06.017/2024
Chave CGM nº 09UW-DQKD-W6CL-6VOO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E DESINSTALAÇÃO DE AR-CONDICIONADO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ÓRGÃOS/ENTIDADES DEMANDANTES, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 24.749/2023.
Data da sessão: 18/04/2024
Horário da Abertura das Propostas: 09hs00min (HORÁRIO LOCAL).
Local da Disputa: <https://seadlicitacao.joaopessoa.pb.gov.br>
Edital: <https://seadlicitacao.joaopessoa.pb.gov.br> e www.transparencia.joaopessoa.pb.gov.br/licitacoes.
Com Fundamento no art. 191 da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 10.265/2023, formaliza-se a opção por licitar o objeto do presente processo utilizando o regramento jurídico da Lei nº 10.520/2002.

João Pessoa, 4 de abril de 2024.

Dalpes Silveira de Souza
Pregoeiro



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 1978-B555-2909-0291

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ DALPES SILVEIRA DE SOUZA (CPF 037.XXX.XXX-31) em 04/04/2024 11:49:26 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/1978-B555-2909-0291>

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 06.018/2024
Chave CGM nº PIJ0-5STX-5A39-GVOZ

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE RECARGA E MANUTENÇÃO DE EXTINTORES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ÓRGÃOS/ENTIDADES DEMANDANTES, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20.234/2023.
Data da sessão: 18/04/2024
Horário da Abertura das Propostas: 10hs00min (HORÁRIO LOCAL).
Local da Disputa: <https://seadlicitacao.joaopessoa.pb.gov.br>
Edital: <https://seadlicitacao.joaopessoa.pb.gov.br> e www.transparencia.joaopessoa.pb.gov.br/licitacoes.
Com Fundamento no art. 191 da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 10.265/2023, formaliza-se a opção por licitar o objeto do presente processo utilizando o regramento jurídico da Lei nº 10.520/2002.

João Pessoa, 4 de abril de 2024.

Dalpes Silveira de Souza
Pregoeiro



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 71A2-7327-6994-3936

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ DALPES SILVEIRA DE SOUZA (CPF 037.XXX.XXX-31) em 04/04/2024 12:31:16 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/71A2-7327-6994-3936>

AVISO DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 11.080/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 32.326/2023
CHAVE CGM: 14WM-0GCX-LP3X-DB9F

A Prefeitura Municipal de João Pessoa através da Comissão Setorial de Licitação, devidamente autorizada pela Portaria nº 1334, datada de 01 de setembro de 2023, torna público para o conhecimento dos interessados o RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 11.073/2023, tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA OBRA DE IMPLANTAÇÃO DAS COZINHAS COMUNITÁRIAS DE CRUZ DAS ARMAS E MANDACARU, JOÃO PESSOA/PB. Da análise da documentação oferecida pelas partes interessadas e na forma de toda fundamentação exposta nesta ata, a Comissão Setorial de Licitação decide e JULGA HABILITADAS a empresa: AJP ENGENHARIA LTDA CNPJ: 08.978.001/0001-17 INABILITADA a empresa: MG CONTRUÇÕES CNPJ: 03.539.622/0001-80 por desatendimento ao instrumento convocatório. Em cumprimento aos princípios constitucionais e legais, ficam as interessadas intimadas para, querendo, interpor recurso contra a decisão da Comissão Setorial de Licitação no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a ser processado na forma disposta no Art. 109, I, alínea "a" e § 4º da Lei 8.666/93, estando os autos do Memorando interno Nº 27.203/2023/SEINFRA disponibilizados a partir da data de divulgação deste julgamento. A presente decisão será divulgada no Diário Municipal e no sítio eletrônico <http://transparencia.joaopessoa.pb.gov.br/licitacoes>.

Considerando a vigência da Lei 14.133/2021 a partir de 01/04/2023, a Administração opta por licitar e contratar diretamente de acordo com a Lei 8.666/1993, com esteio no Parecer nº 0006/2022/CN/CA/CGU/AGU e no Acórdão nº 507/2023-TCU Plenário I, que dispõe sobre o regime de transição para a integral aplicabilidade da Lei 14.133/21.

João Pessoa, 04 de abril de 2024.

Petrônio Wanderley de Oliveira Lima
Presidente da Comissão e Pregoeiro/SEINFRA



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 2DB9-5B25-B18A-96B9

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ PETRONIO WANDERLEY DE OLIVEIRA LIMA (CPF 086.XXX.XXX-00) em 04/04/2024 13:01:25 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/2DB9-5B25-B18A-96B9>

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 11.010/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 32.8062023
CHAVE CGM: M2FP-J5GK-8BJ1-0118

Nota: Considerando o disposto no art. 191 da Lei 14.133/2021, com a redação dada pela Medida Provisória nº 1.167/2023, opta-se por licitar de acordo com o regime da Lei 8.666/93.

A Prefeitura Municipal de João Pessoa através da Comissão Setorial de Licitação, devidamente autorizada pela Portaria nº 1334, datada de 01 de setembro de 2023, torna público que fará realizar a Licitação na modalidade **Concorrência Pública Nº 11.010/2024**, em regime de execução de empreitada por preço unitário, com tipo de licitação menor preço global com Recurso próprio a ser realizada no **dia 06 de maio 2024**, impreterivelmente às **09:30hs (Nove e meia)**, tendo como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA OBRA DE IMPLANTAÇÃO DA COZINHA COMUNITÁRIA DO ALTO DO MATEUS, JOÃO PESSOA/PB**. A cópia do Edital e seus anexos estarão disponíveis e a disposição dos interessados a partir da segunda-feira dia 08/04/2024, no endereço: <http://transparencia.joaopessoa.pb.gov.br/licitacoes>. SUPORTE LEGAL: Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores. Quaisquer informações será prestada na Sala da Comissão Setorial de Licitação na Secretaria de Infraestrutura, localizada a Av. Rio Grande do Sul, 721, Bairro dos Estados, João Pessoa, Paraíba no horário das 8h às 12h ou das 13h às 16h, Fone (83) 3213-6605 ou através do e-mail csleinfra23@gmail.com (Novo Email)

João Pessoa, 04 de abril de 2024.

Petrônio Wanderley de Oliveira Lima
Presidente da Comissão e Pregoeiro/SEINFRA



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 7836-B047-DC7F-FAFF

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ PETRONIO WANDERLEY DE OLIVEIRA LIMA (CPF 086.XXX.XXX-00) em 04/04/2024 13:15:07 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/7836-B047-DC7F-FAFF>

AVISO DE ABERTURA DE PROPOSTA
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 08001/2024

OBJETO: Reforma do Mercado Público de Oitizeiro, João Pessoa/PB.

A Prefeitura Municipal de João Pessoa, através da Comissão Especial de Licitação da SEPLAN, comunica aos interessados que fica determinado que a reunião para abertura do envelope contendo a proposta comercial do presente certame, dar-se-ão no dia 08/04/2024, às 10h00min, no mesmo local indicado no preâmbulo do Edital.

João Pessoa 04 de abril de 2024.

Eduardo Henrique Marinho Alves
Presidente da Comissão Especial de Licitação - SEPLAN/PMJP



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 9901-A3BD-ABA8-6AD7

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ EDUARDO HENRIQUE MARINHO ALVES (CPF 007.XXX.XXX-78) em 04/04/2024 09:49:13 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/9901-A3BD-ABA8-6AD7>

TERMO DE RATIFICAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 60.268/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8.380/2024
[CHAVE CGM: LX0E-R0GI-HQX4-PM0K]

O Diretor Executivo da Fundação Cultural de João Pessoa - FUNJOPE, no uso de suas atribuições legais, com base nas informações constantes no presente procedimento, embasado na solicitação do setor demandante e no Parecer da Assessoria jurídica e em cumprimento ao Art. 74, Inciso II, da Lei 14.133/2021 e suas alterações, RATIFICO E ADJUDICO a respectiva justificativa técnica para contratação da BANDA TENTÁCULOS representado pela pessoa jurídica A.P.A PROMOCOES E EVENTOS LTDA - CNPJ: 41.162.042/0001-06, valor estimado total de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DA BANDA TENTÁCULOS, PARA UMA APRESENTAÇÃO NO DIA 06 DE ABRIL DE 2024, INICIO PREVISTO DAS 19H ÀS 21H, NO EVENTO "RENASCER FEST", NA QUADRA DA ESCOLA AMÉRICO FALÇAO, RUA DON BOSCO - BAIRRO CRISTO REDENTOR, CONFORME SOLICITAÇÃO DO SETOR DEMANDANTE, em consequência, fica convocado o proponente para assinatura do instrumento de contrato, nos termos do Art. 89, caput, do citado diploma legal.

João Pessoa - PB, 04 de Abril de 2024.

Antônio Marcus Alves de Souza
Diretor Executivo da FUNJOPE



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: FD01-4CF9-FD40-17EE

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ ANTÔNIO MARCUS ALVES DE SOUZA (CPF 549.XXX.XXX-68) em 04/04/2024 12:24:13 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/FD01-4CF9-FD40-17EE>

AUTORIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO
CHAVE: KYHL-QB90-F63U-VEOF

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 18.674/2023
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 13.079/2023

Objeto: AQUISIÇÃO DE CADEIRA DE RODAS MOTORIZADA COMPACTA E CADEIRA DE RODAS DE BANHO COM ARO DE PROPULSÃO PARA CUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL.

Com base nas informações constantes no Processo n.º 18.674/2023, referente à Dispensa de Licitação n.º 13.079/2023, AUTORIZO E RATIFICO a dispensa de licitação em favor das empresas: BEMMED COMERCIO DE ARTIGOS CIR. LTDA sob o CNPJ n.º 27.938.961/0001-06 no valor de R\$13.000,00 (treze mil reais) e a IMEDIATA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA A SAÚDE sob o CNPJ n.º 36.590.911/0001-63 no valor de R\$ 585,00 (quinhentos e oitenta e cinco reais), perfazendo o valor total de R\$ 13.585,00 (treze mil, quinhentos e oitenta e cinco reais). Para contratação do objeto em referência, com base no art. 72, no inciso VIII da Lei n.º. 14.133/2021.

INFORMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA:

Unidade Orçamentária - 13301 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Subação - 462603 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - MANTER E IMPLEMENTAR OS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS DA SMS
Fonte Recurso - 1.508.011002 Recursos não vinculados de Impostos 011002
Natureza Despesa - 33.90.91.00 SENTENÇAS JUDICIAIS
Meta 130301 13301 00007 Outras - Tipo Meta

João Pessoa-PB, 02 de abril de 2024.

LUIS FERREIRA DE SOUSA FILHO
Secretário de Saúde do Município.

VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS

Código para verificação: BCC2-6503-678C-1DDF

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ LUIS FERREIRA DE SOUSA FILHO (CPF 048.XXX.XXX-89) em 04/04/2024 12:25:52 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/BCC2-6503-678C-1DDF>

TERMO DE APOSTILAMENTO

TERMO DE APOSTILAMENTO 01 AO CONTRATO N.º 06-637/2023

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 06-024/2022
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 092/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 2021/108680

Para fins de acrescentar mais dotações orçamentárias no CONTRATO N.º 06-637/2023 PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO E DESOBSTRUÇÃO DE FOSSAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEDEC, QUE ORA CELEBRAM ENTRE SI, A PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA E A EMPRESA LIMPARAIBA LIMPADORA E DESENTUPIDORA PARAIBANA LTDA, realiza-se através do presente termo, as alterações abaixo:

ONDE SE LÊ:

Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SEDEC		
Dotação Orçamentária	FR	Elemento de Despesa
10.101.12.361.5417.102498	1.5.00 1.5.40	33.90.39
10.101.12.365.5417.102682	1.5.00 1.5.50	

LEIA-SE:

Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SEDEC		
Dotação Orçamentária	FR	Elemento de Despesa
10.101.12.361.5417.102498	1.5.00 1.5.40	33.90.39
10.101.12.365.5417.102682	1.5.00 1.5.50	
10.101.12.122.5417.102785	1.5.00	

Tal procedimento tem como base o Memorando (Interno) de nº 50.830/2024 SEDEC-DAF-DEFIN.

João Pessoa - PB, 04 de Abril de 2024.

ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES
Secretário de Administração



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: C966-7B87-F715-2BC6

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ ROBERTO NAVES DE OLIVEIRA (CPF 267.XXX.XXX-34) em 04/04/2024 18:37:26 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

✓ ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES (CPF 007.XXX.XXX-05) em 04/04/2024 19:21:06 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/C966-7B87-F715-2BC6>

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 06.011/2024

Acatando relatório apresentado pelo Pregoeiro desta Secretaria, que trata do Processo Administrativo N.º: 32.289/2023 1Doc, cujo objeto é "REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNERO DE ALIMENTAÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ÓRGÃOS/ENTIDADES DEMANDANTES, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS", ADJUDICO e HOMOLOGO o procedimento licitatório em epígrafe em favor das Empresas: BJ COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - CNPJ: 07.227.808/0001-55, nos itens/valor total: 002 (R\$ 36.578,16); e 003 (R\$ 13.000,00), totalizando R\$ 49.578,16 (quarenta e nove mil, quinhentos e setenta e oito reais e dezesseis centavos); e DISTRIBUIDORA FF ALIMENTOS LTDA - ME - CNPJ: 19.447.850/0001-60, nos itens/valor total: 001 (R\$ 106,20); 004 (R\$ 5.388,00); 005 (R\$ 41.266,50); 006 (R\$ 40.682,04); 010 (R\$ 314,88); 011 (R\$ 965,00); 012 (R\$ 616,05); 022 (R\$ 5.660,04); 023 (R\$ 86.982,00); 024 (R\$ 4.578,00); 025 (R\$ 52.280,40); 026 (R\$ 2.751,60); e 027 (R\$ 570,00), totalizando R\$ 242.160,71 (duzentos e quarenta e dois mil, cento e sessenta reais e setenta e um centavos). Perfazendo o Total Geral de R\$ 291.738,87 (duzentos e noventa e um mil, setecentos e trinta e oito reais e oitenta e sete centavos). Os itens 0007, 0018 e 0021 restaram FRACASSADOS. Os itens 008, 009, 013, 014, 015, 016, 017, 019, 020 e 028 foram DESERTOS.

João Pessoa/PB, 3 de abril de 2024.

ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES
Secretário de Administração



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 3431-6052-1298-57FF

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

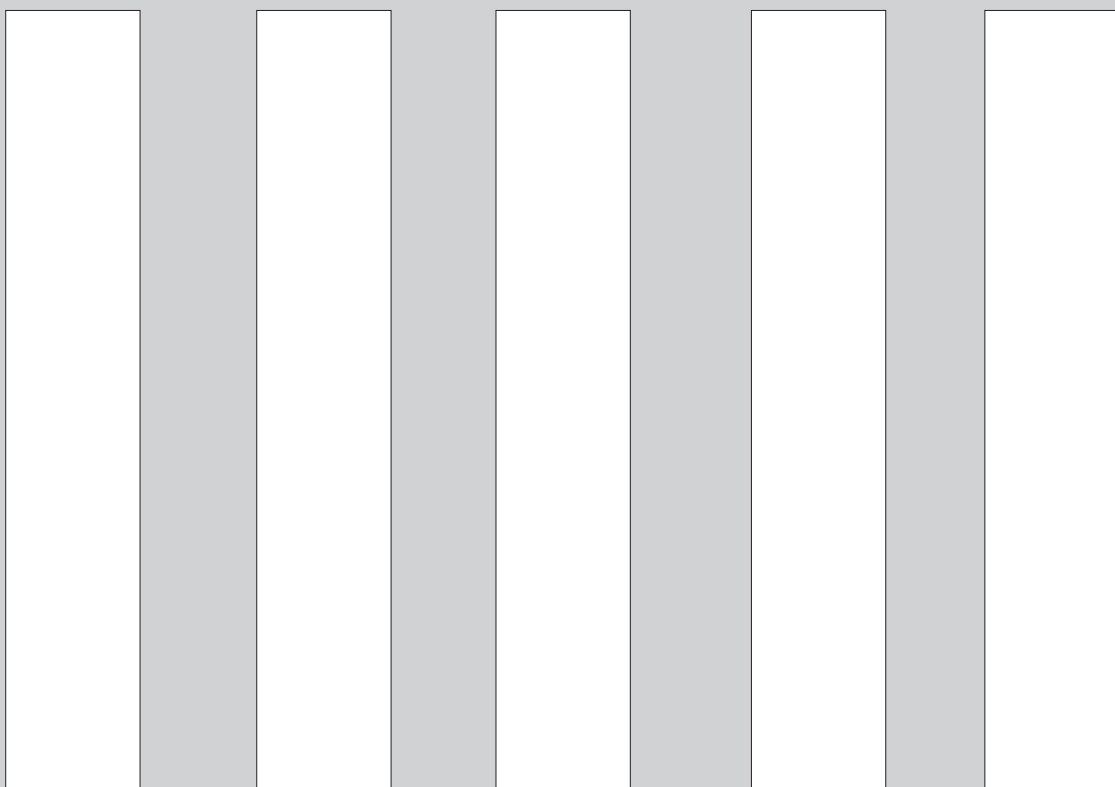
✓ ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES (CPF 007.XXX.XXX-05) em 03/04/2024 13:25:03 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/3431-6052-1298-57FF>



RESPEITE A FAIXA DE PEDESTRE



FAÇA SUA PARTE

**JOÃO PESSOA JÁ
ESTÁ SE ORGULHANDO**